



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

CECILNA MIRANDA DE SOUSA TEIXEIRA

**LEITURA E REMIÇÃO DE PENA NO ÂMBITO CURRICULAR DOS CURSOS DE
BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE
DO BRASIL**

São Luís
2021

CECILNA MIRANDA DE SOUSA TEIXEIRA

**LEITURA E REMIÇÃO DE PENA NO ÂMBITO CURRICULAR DOS CURSOS DE
BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE
DO BRASIL**

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Maria Cléa Nunes

São Luís
2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Teixeira, Cecilna Miranda de Sousa.

Leitura e remição de pena no âmbito curricular dos cursos de biblioteconomia e ciência da informação região nordeste do Brasil / Cecilna Miranda de Sousa Teixeira. -2021.
55 f.

Orientador(a): Maria Cléa Nunes.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Biblioteca prisional. 2. Biblioteconomia. 3. Currículo. 4. Leitura. 5. Remição de pena.

I. Nunes, Maria Cléa.

II. Título.

CECILNA MIRANDA DE SOUSA TEIXEIRA

**LEITURA E REMIÇÃO DE PENA NO ÂMBITO CURRICULAR DOS CURSOS DE
BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE
DO BRASIL**

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Maria Cléa Nunes (Orientadora)
Mestra em educação (UFMA)

Prof.^a Dra. Aldinar Martins Bottentuit
Doutora em Ciência da Informação (UNESP)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Ma. Raimunda Ramos Marinho
Mestra em Administração
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida por estar presente em todos os momentos de minha vida, principalmente naqueles mais difíceis, por me proteger e guardar, proporcionar saúde e resiliência para superar os obstáculos como desafios ao alcance de êxito neste trabalho tão almejado.

Aos coordenadores de curso da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ao potencializar a realização do curso enquanto oferta das disciplinas como componentes para a graduação, à coordenação do curso de Biblioteconomia e chefe de departamento.

À professora Me. Maria Cléa Nunes pela orientação, paciência e contribuição para a concretização deste trabalho, bem como às professoras Dra. Aldinar Martins Bottentuit e professora Me. Raimunda Ramos Marinho, pelas contribuições na banca avaliadora do trabalho.

Ao corpo docente com quem tive a agradável satisfação de encontrar ao longo da jornada acadêmica que oportunizaram a realização deste conhecimento profissional como nova integrante e profissional da área.

Às pessoas envolvidas neste trabalho pela disposição em fornecer dados para a elucidação do objeto da pesquisa monográfica.

Aos meus familiares que me incentivaram e apoiaram para que eu chegasse a este momento, em especial, à minha mãe Cecília Miranda de Sousa Teixeira (in memória), que sempre esteve em oração por mim, ao meu pai Hamilton da Silva Teixeira como grande incentivador ao estudo (in memória), meu filho Hamilton da Silva Teixeira Neto (in memória) pelo incentivo, por minhas filhas Nayara Cibelle Miranda Teixeira Sousa, Joanna Cecilia Miranda Teixeira Sousa e Anna Carolina Miranda Teixeira Sousa, bem como às minhas irmãs bibliotecárias Cecilde Miranda Teixeira dos Santos, Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira, a minha sobrinha Maria Antônia Lopes Sousa e em especial a Cecilma Miranda de Sousa Teixeira, minha gratidão pelo apoio dispensado ao meu estudo e escolha do curso.

Aos meus amigos, pelo apoio incondicional nessa longa jornada, especialmente, aqueles que me ajudaram no decorrer deste trabalho.

E a todos àqueles que de alguma forma contribuíram para a conclusão dessa nobre graduação.

RESUMO

Estudo das possibilidades Curriculares da temática leitura em ambientes prisionais nos Cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação na Região Nordeste do Brasil. Objetiva identificar nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação no âmbito da Graduação na Região Nordeste quanto a existência em sua estrutura curricular e em suas atividades acadêmicas aspectos relacionados à leitura em sistemas prisionais e da remição de pena pela leitura. Metodologicamente consiste em uma pesquisa exploratória de caráter descritivo com abordagem quali-quantitativa, com base em Gil (1996) e Minayo (1993), a partir da pesquisa bibliográfica, fundamentada em Cavalcante e Pinto (2015) versando sobre a literatura do tema, a documental, respaldada em Kripka (2015) com análise dos programas e ementas das disciplinas dos cursos localizados em sites institucionais e de campo com coleta de dados realizada por meio de questionário de acordo com Zamberlan *et. al* (2014) junto aos(as) coordenadores(as) dos cursos. Buscou-se em seu referencial teórico compreender o processo de envolvimento dos Cursos de Biblioteconomia na região Nordeste com questões relacionadas às bibliotecas dos presídios e o Projeto de remição de pena subsidiada pela Lei 12.433/2011. Logo, a ênfase da pesquisa em questão se direciona a leitura, ao analisar os parâmetros de abordagem no Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, seu fazer social e sua contribuição como norteadora de eficácia, por meio da análise das ementas dos currículos. Relacionou-se, portanto, à leitura como instrumento auxiliador para a construção da autonomia e cidadania, tendo como lugar de estudo os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação da região Nordeste do Brasil (JULIÃO E PAIVA, 2014; LINDEMANN, 2020; MIOTTO, 2017). Concluiu-se que em sua estrutura curricular e em suas atividades acadêmicas aspectos relacionados a leitura em sistemas prisionais, foi identificado a leitura que de um modo geral torna-se necessário e urgente preencher a lacuna dos cursos do estudo em relação a leitura específica nos sistemas prisionais como remição de pena na formação acadêmica com propostas voltadas à inserção de disciplinas e ementas dos cursos direcionadas ao fazer bibliotecário como mediador das atividades, de modo a levar informação ao encarcerado, constituindo desta a forma o processo de inclusão social.

Palavras-chave: leitura; remição de pena; biblioteca prisional; biblioteconomia; currículo.

ABSTRACT

Study of the Curriculum Possibilities of the Thematic Reading in Prison Environments in the Librarianship and Information Science Courses in the Northeast Region of Brazil. It aims to identify in the Librarianship and Information Science courses within the Undergraduate Program in the Northeast Region, the existence in its curricular structure and in its academic activities, aspects related to reading in prison systems and the remission of sentences for reading. Methodologically, it consists of a descriptive exploratory research with a qualitative-quantitative approach, based on Gil (1996) and Minayo (1993), from the bibliographical research, based on Cavalcante and Pinto (2015) dealing with the literature on the subject, the documentary, supported by Kripka (2015) with an analysis of the programs and syllabuses of the disciplines of the courses located on institutional and field websites with data collection carried out through a questionnaire according to Zamberlan et. al (2014) with the coordinators of the courses. In its theoretical framework, we sought to understand the process of involvement of Librarianship Courses in the Northeast region with issues related to prison libraries and the Project for remission of sentence subsidized by Law 12.433/2011. Therefore, the emphasis of the research in question is directed to reading, by analyzing the parameters of approach in the Library and Information Science Course, its social work and its contribution as a guide for effectiveness, through the analysis of curriculum menus. It was related, therefore, to reading as an auxiliary instrument for the construction of autonomy and citizenship, having as a place of study the courses of Library and Information Science in the Northeast region of Brazil (JULIÃO E PAIVA, 2014; LINDEMANN, 2020; MIOTTO, 2017). It was concluded that in its curricular structure and in its academic activities aspects related to reading in prison systems, reading was identified that in general becomes necessary and urgent to fill the gap in the study courses in relation to specific reading in systems prisons as remission of sentence in academic training with proposals aimed at the insertion of disciplines and course syllabuses aimed at making librarians as mediators of activities, in order to bring information to inmates, thus constituting the process of social inclusion.

Keywords: reading; remission of penalty; prison library; librarianship; resume.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 METODOLOGIA	4
2.1 Coleta de dados	5
3 O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO PELA EDUCAÇÃO	7
3.1 Leitura em ambiente prisional	14
4 BIBLIOTECONOMIA E A ABORDAGEM SOBRE BIBLIOTECAS PRISIONAIS E LEITURA	18
4.1 Biblioteca em Sistema Prisional	23
5 OS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: leitura e biblioteca prisional	26
5.1 Os Currículos de Curso da Região Nordeste do Brasil: análise das ementas de disciplina	28
5.2 Sujeitos da pesquisa: análise dos questionários	34
6 CONCLUSÃO	38
<u>REFERÊNCIAS</u>	40
<u>APÊNDICE A – Questionário aplicado aos Coordenadores(as) de Curso e chefes/as de Departamento dos Curso de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil</u>	45

1 INTRODUÇÃO

A leitura tem o poder de transformar e transpor seu leitor a diversos espaços, quer seja nos moldes da imaginação ou no contexto socioeducativo, libertar pela capacidade de elevar o sujeito a galgar novos voos, por meio da produção de vários autores no conjunto de obras literárias à disposição de bons acervos e bibliotecas, como forma de instigar o desejo e a curiosidade que cada obra encerra.

Considerando que a educação constitui um meio de promover a integração social e a aquisição de conhecimentos, há de se considerar que os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, os quais possuem em seu âmago o incentivo à leitura, estão inseridos nesta proposta. Pois, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Biblioteconomia (DCN) dentre as competências e habilidades do egresso, ressalva que este, deve responder às demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo (BRASIL, 2001), além de:

“[...] gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; · formular e executar políticas institucionais; · elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e os projetos; · utilizar racionalmente os recursos disponíveis, desenvolver e utilizar novas tecnologias; traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo (SOUZA, 2002, p.8).

Portanto, cabe salientar sobre a questão educacional, com menção balizada pela Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no tocante à Educação e decreta nos respectivos artigos:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2001, p. 1).

O curso de Biblioteconomia voltado para a qualificação do bibliotecário por meio dos processos formativos, acompanha as alterações no contexto do cenário com proposições em sua estrutura de base, em dialogar com os pares sobre a adaptação de seus currículos às

transformações da sociedade, conforme demanda o mercado, que requer cada vez mais novos perfis profissionais capazes de suprir as necessidades da sociedade contemporânea.

A busca de compreender o processo de envolvimento em discussões que perpassam os Cursos de Biblioteconomia da região Nordeste, para sobre as questões relacionadas às atividades de leitura em ambiente de cárcere e o Projeto de remição de pena subsidiada pela Lei 12.433/2011. Logo, a ênfase da pesquisa em questão se direciona a leitura, ao analisar os parâmetros de abordagem no Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, por meio da análise das ementas dos currículos, para atingir os resultados. Relaciona-se, portanto, a leitura como instrumento auxiliador para a construção da autonomia e cidadania, tendo como lugar de estudo os cursos de Biblioteconomia e CI da região Nordeste do Brasil.

Assim, a escolha da temática foi suscitada através da vivência acadêmica, motivada pela disciplina ofertada ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), denominada Leitura e Formação de Leitores, ao focar vários contextos sobre a leitura como forma de aprender e apreender o conhecimento além do grande benefício que conduz para o exercício da cidadania ao incentivar o processo de construção de leitores através do planejamento de atividades de leitura para crianças e jovens na escola e na biblioteca.

Outros dispositivos buscam assegurar a leitura com o social, a frisar, o plano Diretor Estadual, com o comprometimento para criação de espaços para desenvolvimento das atividades de leitura nos sistemas penais.

O Plano Diretor Estadual, ao estabelecer metas para os sistemas penais estaduais, atendendo o Art. 21 da LEP, institui a criação de espaços literários e formação de acervos em todas as unidades penais. Cada estado, em decorrência, estabeleceu um Plano Diretor com metas quanto ao tema, e vários se comprometeram com a proposta de criação desses espaços. (JULIÃO; PAIVA, 2014, p. 117).

Desta forma, o interesse por essa abordagem surgiu a partir da necessidade de buscar novos aprendizados em relação aos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI) como denominada em algumas Instituições de ensino Superior (IES), sua importância dispensada sobre a leitura no que concerne o aspecto social e assim focar na pesquisa sobre a leitura como remição de pena e sua abordagem nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação na Região Nordeste do Brasil.

Reforça-se, portanto, que a pesquisa nasceu da busca em conhecer no âmbito da Biblioteconomia, e como essas questões têm sido discutidas na academia, especificamente do apenado que faz parte dos excluídos da sociedade, considerando que mesmo privado de

liberdade, o preso possui seus direitos de cidadão como o acesso à educação, saúde, assistência jurídica e trabalho para remição da pena. (BRASIL, 2015). Para tanto, o *Objetivo Geral* centra-se em: Identificar se os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação no âmbito da Graduação na Região Nordeste possuem em sua estrutura curricular e em suas atividades acadêmicas aspectos relacionados a leitura em sistemas prisionais. E, os *Objetivos Específicos*: a) mapear as instituições de ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação no âmbito da graduação na Região Nordeste do Brasil; b) verificar a existência de disciplinas nesses cursos a partir dos seus Projetos Políticos Pedagógicos das unidades curriculares que utilizem em sua estrutura os aspectos da biblioteca prisional e leitura como remição de pena; c) verificar a existência de atividades de pesquisa e extensão que tem como eixo norteador a temática da biblioteca prisional e da leitura como remição de pena por meio do questionário enviado aos coordenadores de cursos.

O estudo apresenta para além da introdução, a metodologia que direcionou o fazer da pesquisa, a fundamentação teórica que trata do processo de ressocialização pela leitura, em que são apresentadas algumas teorias sobre a leitura em ambiente prisional, a remição de pena pela leitura e os Cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Região Nordeste. Apresenta, ainda, os resultados e discussões, onde foi possibilitado dialogar com autores em torno do assunto, e por fim a conclusão.

2 METODOLOGIA

O estudo trata de uma pesquisa exploratória de caráter descritivo que de acordo com Gil (1996) e Minayo (1993) consiste na abordagem quali-quantitativa à medida que o instrumento de pesquisa foi elaborado de maneira a ter resultados quantitativos e qualitativos.

As investigações quantitativa e qualitativa apresentam natureza diferente, embora tenham a mesma finalidade que é responder ao processo de investigação de um fenômeno.

A primeira tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, por exemplo, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis. A segunda adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente (MINAYO, 1993, p.247).

Portanto, os dados obtidos através da abordagem na pesquisa, permitiu fazer as observações por meio da análise documental e descritiva das ementas dos Cursos de Biblioteconomia das Universidades da Região Nordeste do Brasil, disponíveis em seus sites, que versam sobre leitura, assim como pelos dados obtidos através dos questionários enviados às coordenações de curso, para em seguida, após análise minuciosa dos dados, tornar concreto a construção científica sobre a temática.

No processo de desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, foi possível identificar os documentos e os autores que contribuiriam para o entendimento do tema da pesquisa e do objeto de estudo.

Segundo Cavalcante e Pinto (2015, p.17), acerca da pesquisa bibliográfica e documental:

[...] esse tipo de pesquisa é entendido como uma metodologia de busca e acesso a fontes de informação que auxiliam na compreensão de conceitos acerca da produção do conhecimento sobre um determinado tema; segundo, pela exegese daquilo que já foi produzido e se chegou às "causas" e aos "princípios" dos fenômenos, obtendo-se conclusões sobre o que já foi comunicado, sem que tenha necessidade de ir ao campo empírico fora do conhecimento registrado.

Neste sentido entende-se que a pesquisa bibliográfica estabelece um conjunto de técnicas para se buscar informações e conhecimentos nas bases analógicas e digitais, que contribui para a produção da pesquisa, e, pode-se ter uma visão conceitual acerca do objeto em estudo, enquanto na pesquisa documental o foco destina-se, para outros tipos de documentos.

Observa-se que a diferença entre ambas se caracteriza pelas fontes, conforme citado por Kripka (2015, p. 244):

A pesquisa documental não pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica com a qual se assemelha, uma vez que ambas utilizam o documento como objeto de investigação. O que as diferencia é a fonte, ou seja, a característica do documento: no primeiro caso, denominam-se de fontes primárias, as quais não receberam nenhum tratamento analítico como relatórios de pesquisas ou estudos, memorandos, atas, arquivos escolares, autobiografias, reportagens, cartas, diários pessoais, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação; no segundo, as fontes são secundárias, abrangem toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema.

Fica evidenciado a diferença e característica de ambas quanto sua utilização na técnica da pesquisa, todavia, o autor deve dotar-se de conhecimento para a análise de diferenciação entre as fontes. Para Marconi e Lakatos (2018, p.53): “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

Neste estudo, as fontes documentais, consistem nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil, em especial, na análise das disciplinas que integram em suas ementas aspectos relacionados a leitura em ambientes prisionais e sua contribuição para a formação do bibliotecário crítico e mediador.

2.1 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada considerando a existência de informações nos sites institucionais dos Cursos e na aplicação de questionários aos coordenadores dos referidos cursos localizados nos sites, como explicitados, a seguir.

Inicialmente, foi feito o levantamento de dados nos sites institucionais das dez (10) universidades que oferecem os cursos de Biblioteconomia e CI e em seguida, observado as disciplinas com suas respectivas ementas dos cursos de Biblioteconomia existentes na região Nordeste do Brasil. Que resultou na localização de dezessete (17) disciplinas que versam sobre a temática leitura distribuídas entre os dez cursos analisados.

Na sequência, após análise dos resultados da busca nos sites e de posse dos endereços de e-mail localizados dos Cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste, buscou-se junto às coordenações dos cursos e chefes de departamentos dos dez (10) cursos, informações pertinentes ao objeto de estudo que se constitui em identificar a existência de disciplinas,

projetos ou atividades que envolvam a temática de leitura, biblioteca prisional, e remição de pena pela leitura mediante a aplicação de questionário (APÊNDICE A). O questionário foi elaborado com “perguntas estruturadas com definições claras e vocabulário compatível com o entrevistado” Zamberlan *et al*, (2014, p.130), contemplando perguntas com respostas objetivas, subjetivas e de múltipla escolha.

A participação dos respondentes deu-se, pelo envio de questionário on-line no período de 06 (seis) meses, sendo que apenas 02 (dois) questionários fizeram a devolutiva. Por meio dos dados dos 02 (dois) questionários fez-se a sistematização, análise e discussão com os autores.

Ressalta-se aqui a dificuldade na coleta de dados com relação ao retorno do questionário quanto a demora ao tempo de resposta e, dos 10 (dez) questionários enviados, apenas 02 (dois) foram devolvidos. Constata-se mais uma vez a dificuldade de coleta de informações de pesquisa, quando o resultado depende da colaboração do tempo do outro. O que pode ser atestado por Marconi e Lakatos (2018, p.20), ao enfatizar sobre o questionário como uma técnica de pesquisa que: “[...] Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior [...]”.

Com relação a análise dos questionários, as questões qualitativas foram apresentadas e analisadas com foco nas proposições da análise de conteúdo de Bardin (1977, p.115) que aponta como característica da análise qualitativa a elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de uma inferência precisa. Feito leituras e releituras para aglutinar a semântica das respostas, e com vistas, a manter o anonimato dos envolvidos, usou-se letras do alfabeto para designá-los em suas falas, com vistas a manter o anonimato dos respondentes. Para as questões objetivas, foram apresentadas por meio de números absolutos de respostas sem quantificação de percentual considerando o quantitativo de respondentes.

Portanto, todas as etapas do processo de pesquisa e análise dos dados, foram basilar para atingir o resultado da pesquisa em relação ao tema de estudo.

3 O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO PELA LEITURA

Conforme citado por Allende (2005, p.14), “[...] a leitura permite a máxima organização da informação e da articulação dos conteúdos culturais [...]”. Percebe-se, pois, a contribuição da leitura em sua função social como propulsora dos processos de pensamentos na formação do sujeito para a aquisição de conhecimentos úteis, indispensáveis para melhoria da saúde, da alimentação e do entretenimento como propulsor às mudanças sociais.

Nesse contexto, a leitura representa um dos principais pilares educacionais para a transformação, independente da condição vivenciada. Destaca-se aqui o apenado, que diante da leitura pode obter a remição de sua pena, como preconizado pela Lei n. 12.433 de 2011.

Com isto, a leitura e as ações educativas exercem influência edificante na vida das pessoas no sentido de compreender-se e aceitar-se como indivíduo social para construir seu projeto de vida e definir sua vida em sociedade, mesmo em condições de ressocialização como do indivíduo apenado, embora, se constitua em um desafio a ser enfrentado.

Cabe ressaltar que o Curso de Biblioteconomia como lugar de informação, se propõe especialmente em formar bibliotecários, que, como profissionais, levam em conta as dimensões contextuais, político ideológicas, e ainda, as interações entre informação e o universo cultural dos diferentes sujeitos na abrangência de sua atuação.

Com isso, entende-se que disseminar a informação, significa, compartilhar com os leitores sem diferir o público e seu aspecto no meio social, tendo em vista, que a formação profissional permite ao bibliotecário atuar em diferentes unidades de informação e, nos mais variados setores, tais como: industrial, da mídia, financeiro, jurídico, educacional, cultural e da saúde, cujo local, o mesmo transfere sua habilidade para atendimento à demanda e necessidade de acordo com o contexto social e com a apresentação do atual cenário.

E, de acordo com Julião e Paiva (2014), o encarcerado é um ser humano que convive em um meio em que as pessoas são dotadas comportamentos e visão de mundo variados, mas que nem por isso devem ser excluídos do acesso a informação pela leitura ou atividades que venham contribuir com o aprendizado além de minimizar a ociosidade no cárcere. O processo de socialização a que vive submetido o prisioneiro é um processo negativo, considerando que o cárcere não cumpre as suas reais funções de reeducação e inserção social e, neste processo de exclusão o prisioneiro se adapta aos hábitos da cultura penitenciária, cujos valores passam a ser internalizados com o tempo dificultando o processo em si.

Ainda, segundo Julião e Paiva (2014, p.121) são grandes os desafios quando se trata de assegurar os direitos em um sistema promotor dessa desigualdade ao discorrerem que:

O desafio a ser enfrentado quando se lida com questões educativas – e políticas – que envolvem sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade é fortemente acentuado e segue instigando formas de pensar, de agir e de transformar a realidade que ajuda a produzir sujeitos tão desiguais.

A leitura como parte do processo educativo em condição de cárcere privado, é destacada por Julião (2012, p. 221), quando considera “a educação como o único processo capaz de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades (saúde, alimentação, integridade física, psicológica e moral)”. Nesta perspectiva, a leitura contribui de forma significativa no processo educacional, enquanto a sua prática permite liberar a mente e aprender a se comunicar melhor e descobrir quais habilidades pode ser adotada na vida, enquanto encarcerado e, ou em liberdade.

Conforme Andrade (1999, p.19) O cunho social vai além do trabalho em ambientes discriminados e de difícil acesso e sim entender que a informação está para todos, sem discriminação, o bibliotecário é como uma ponte, ligando a informação ao usuário.

Neste aspecto observa-se a relevância do curso em inserir em sua estrutura curricular o estudo e pesquisa na vertente social da área voltada à leitura em ambientes prisionais embasada no processo que contribui para a ressocialização do apenado.

Nesta linha de raciocínio, percebe-se que o apenado faz parte de uma sociedade que vive sob custódia do sistema penitenciário com objetivos de punir e prevenir. Regenerar está intrinsecamente ligado ao processo de ressocialização, cujo sentido é socializar novamente. Consiste afirmar, que o apenado estando trabalhando concomitante com os projetos e ações aplicados e desenvolvidos no sistema penitenciário de pertença enquanto interno e munido de aprendizagem, volte à sociedade disposto a aceitar e seguir as normas e regras sociais.

Diante do exposto e como reconhecimento da importância da leitura neste âmbito prisional, Ribeiro (2017, p.106),

O reconhecimento da leitura e de seus efeitos sobre o cárcere nos faz pensar, de um lado, sobre as marcas deixadas pelo processo de confinamento e, de outro, os traços humanos que a literatura pode imprimir. É inquestionável, neste sentido, a relevância da literatura na reorganização do caos em que vive este leitor, como possibilitadora de liberdade, embora este mesmo leitor viva sob restrição.

O bibliotecário como disseminador e mediador da leitura é um profissional capacitado, com legitimidade de estar inserido neste espaço para reorganizar a vida do leitor, proporcionar o conhecimento quanto ao estabelecimento das práticas adquiridas através do ensino, orientar

quanto às atividades que contribuam para a pesquisa e extensão, com adoção sistemática nas práticas de disseminação da informação e comunicação pela escrita e leitura.

A leitura representa uma forma de comunicação da sociedade em todas as épocas, por isso é importante pensar sobre a escrita e o que ela realmente representa como prática social no universo, uma vez, que estão ligadas ao objeto de conhecimento.

Neste sentido e conforme Julião (2012, p.192), convém salientar que as normas referentes à educação em espaços de privação de liberdade constituem um direito humano subjetivo previsto nas legislações internacionais e brasileiras e faz parte da proposta de política pública de execução penal com o objetivo de reinserção social do apenado como garantia plena à cidadania.

Neste aspecto, cabe evidenciar o acesso à leitura, no contexto da mediação atribuída à Biblioteconomia, tendo em vista que a mesma tem comprometimento com a democratização da informação e da leitura.

Segundo Bottentuit; Castro (2000, p. 43-44);

A informação se configura como um mecanismo gerador e propagador de conhecimentos e, por conseguinte, imprescindível na formação de indivíduos por expressar liberdade individual que se concretiza no direito dos homens e das mulheres de emitir, expressar, receber e trocar informações. Seu acesso e uso frequente abre caminhos para o conhecimento de direitos e deveres, que leva a sociedade à tomada de decisões e possibilita mudanças.

Diante disso, ressalta-se que o apenado em seu cárcere, provido de direitos e deveres como parte de uma sociedade excluída do convívio familiar e social, ao ter possibilidades de acesso a informação através da prática pedagógica pela leitura em seu cotidiano como aquisição ao conhecimento em seu universo, o mesmo vai aferir mudança interior e exterior no seu âmbito de convívio, tanto no cárcere como na condição de cidadão livre.

Conforme o Plano Estadual de Educações nas Prisões (2015), no que concerne ao requisito infraestrutura com relação aos espaços Bibliotecas e Salas de Leitura no Estado do Maranhão, apenas a Penitenciária de Pedrinhas dispõe de uma Biblioteca denominada Farol de Educação “Deputado Gastão Vieira”, cujo acervo é formado por livros jurídicos e de literatura geral, adquiridos pela Secretaria de Educação, assim como por doações do Tribunal de Justiça do Maranhão. No requisito aquisição e renovação do acervo da biblioteca é feita por meio de campanhas como fomento às doações de livros literários para abastecimento nos demais presídios, mesmo que ainda não disponham de bibliotecas.

Ainda em conformidade com o Plano Estadual de Educação nas Prisões da Secretaria de Estado da Educação (2015, p.73), no que concerne à efetivação de uma política de

ressocialização, torna-se necessário que o ambiente seja provido de uma infraestrutura com espaços de aprendizagem que promovam o acesso às tecnologias como um dos requisitos primordial à qualificação e retorno ao mercado de trabalho. Nesta percepção, a Secretaria de Estado de Educação do Maranhão (SEDUC-MA), elaborou um diagnóstico nas unidades prisionais do Maranhão acerca do uso e disponibilidade das ferramentas tecnológicas e constatou que:

O levantamento de laboratórios de informática e equipamentos disponíveis apontado no diagnóstico das unidades prisionais do Maranhão revela que há apenas 02 (duas) unidades prisionais (Penitenciária de Pedrinhas e UR de Pedreiras) que possuem uma sala destinada ao funcionamento de laboratório de informática. (MARANHÃO, 2015, p. 73)

Corroborando a realidade no Presídio do Estado do Maranhão com o pensamento de Valentim (2016, p.19), “[...] as bibliotecas vêm se tornando espaços de conhecimento, cujo reconhecimento social tem aumentado de modo significativo [...]”. Neste aspecto, pode-se afirmar que a mudança é proveniente da ordem social, cultural, científica e tecnológica que impactam na mediação da informação, ao modificar sua forma de atuação na prestação dos seus serviços aos diferentes públicos da sociedade. Configura neste patamar o público, as mudanças e adequação dos espaços como meio de tornar a Biblioteca um ser vivo em crescimento.

Conforme citado, a prioridade sobre a escolha da pesquisa da temática leitura como remição de pena para a pesquisa direcionado aos Cursos de Biblioteconomia da região Nordeste, foi suscitado através da vivência acadêmica, enquanto existência no currículo atual da disciplina ofertada intitulada Leitura e Formação de Leitores como mentora para a análise da leitura direcionada ao encarcerado, enquanto sujeito com deveres, direitos, ser social e questionar sobre a atuação da Biblioteconomia no fazer social na região Nordeste do Brasil.

A oferta da educação para pessoas jovens e adultos privados de liberdade é um direito garantido pela Lei de Execução Penal – LEP, nº. (7.210/84), considerando que apesar da perda da liberdade ainda devem ser preservados os direitos básicos a saúde, educação, assistência educacional como a instrução escolar e a formação profissional.

Assim, entende-se sobre a existência da Lei como amparo e subsídio à educação penal, todavia, surge a necessidade de analisar e estudar a sua dimensão, quanto à sua aplicação no fazer pedagógico. Neste contexto, servirão como base de estudo e análise, os artigos 1º e 5º, como parâmetro de aferição à realidade vivenciada entre os apenados beneficiados à prática de ensino, tendo em vista que o artigo tem em seu escopo a métrica referente aos benefícios da remição.

Segundo o Plano Estadual de Educação nas Prisões, (2015), sobre a disposição dos artigos acima citados, o artigo 1º dispõe sobre a garantia de 1 dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar, com atividades de ensino fundamental, médio, profissionalizante, superior, ou de requalificação profissional divididas no mínimo em 3 (três) dias letivos. O artigo 5º assinala que o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão de ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena. Faz-se importante mencionar sobre a Lei de Execução Penal – LEP, nº. (7.210/84), a qual surge com a visão macro acerca da educação como mentora para outros debates, resoluções e instituições de projetos como aporte para aprimorar as questões levantadas.

Foi um marco para a educação no presídio e após essa conquista foi instaurada após anos o Projeto remição pela leitura, como uma atividade complementar subsidiada pela Lei 12.433 de 2011 pela Recomendação n. 44 do Conselho Nacional de Justiça, em que deve ser estimulada e estabelece os critérios, dentre os quais destaca a participação do preso que deve ser voluntária, que exista um acervo de livros dentro da unidade penitenciária, cujos resultados ditados segundo a norma, o apenado tem o prazo por ano, de 22 a 30 dias para a leitura de uma obra, apresentando ao final do período uma resenha a respeito do assunto, que passa por avaliação da comissão organizadora. Cada obra lida possibilita a remição de quatro dias de pena, com limite de doze obras por ano, ou seja, no máximo 48 dias de remição por leitura a cada doze meses. (BRASIL, 2016).

Há de se considerar, portanto, que de modo geral a literatura é entendida como sendo fatos eminentemente associativos, obras e atitudes que exprimem certas relações dos homens entre si, e quando a literatura é tomada em uma comunidade representam a socialização dos seus impulsos íntimos. Neste sentido, como ressaltado por Cândido (2006) a literatura é coletiva na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos, sejam, por meio da palavra e da imagem de forma que mobiliza afinidades profundas, que congregam os homens de um lugar e de um momento para chegar a uma comunicação. Logo, não há literatura enquanto não houver essa congregação espiritual e formal, manifestando-se por meios de homens pertencentes a um grupo.

Ressalta-se aqui o momento da vida no cárcere e a condição de apenado, onde a literatura, posto pela Bíblia cuja essência tem cunho religioso, despertou o interesse político. E, neste aspecto, no Estado do Maranhão, cabe destacar a aprovação do Projeto de Lei 281/2019, da Deputada Mical Damasceno que traz a Bíblia como literatura obrigatória no Instituto da Remição pela Leitura. Cujas emenda constitucional recomenda modificação oficial

no Estado para que a Bíblia se configura como obra a compor o acervo de todos os estabelecimentos penais do Maranhão, com ênfase na leitura como contribuição para a redução da pena ao destacar que:

A Bíblia sempre foi agente de transformação na vida das pessoas. Ela é o nosso alicerce, servindo de base, inclusive, para muitas constituições democráticas, à exemplo da nossa Carta Magna de 1988. O Evangelho de Cristo e a ministração da Palavra têm feito a diferença na vida de muitos detentos, por meio do trabalho missionário que é feito nos presídios. Nada melhor do que permitir também que a Bíblia ajude na redução de pena e, conseqüentemente, seja meio de transformação na vida daqueles que desejam mudar suas vidas durante e após o cumprimento de sua pena. (MARANHÃO, 2020, p. 1)

Esta pode ser considerada uma conquista para o Estado, tendo em vista que projetos com esse mesmo cunho foi aprovado nos Estados de São Paulo e Ceará e, são executados respectivamente com o seguinte teor: em São Paulo a leitura é organizada com a divisão dos livros que compõem a Bíblia Sagrada (66) entre o Velho Testamento (39) e o Novo Testamento (27). A leitura de um livro de quaisquer Testamento é considerada uma obra concluída. No Estado do Ceará, os livros são escolhidos pela Comissão da Remição pela Leitura para em seguida finalizar com um relatório ou resenha, conforme a norma ditada pela Lei pela 12.433 de 2011.

A Bíblia tem seus escritos alinhados por vários redatores que pela iluminação do Espírito Santo, revelam em seu conteúdo desde a criação do homem e ensinamentos para a vivência em uma unidade de amor e perdão. Trata-se, pois, de um livro sagrado que além dos ensinamentos traz em seu relato a cultura dos povos da época, independentemente de seu nível cultural. Para Cândido (1970, p.93) “a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis de cultura”. Portanto, a inserção da Bíblia ao acervo da literatura destinada aos apenados, surge como uma opção e alarga o processo, por tratar-se de um livro de cunho religioso a ser utilizado para a remição de pena.

Com isso, para Zabatiero (2008), a leitura da Bíblia deve ser como uma prática hermenêutica, na qual quem lê, não seja apenas um indivíduo isolado, como os especialistas da técnica, ditos os participantes da fé. Pois, se trata de uma leitura que depende da prática de diferentes contribuições, onde cada pessoa independente de ter ou não formação teológica, as suas interpretações possam ser criticamente examinadas, livremente apresentadas e responsabilmente partilhadas. Daí, pode-se dizer que, lê a Bíblia traduz sobre o significado da verdade, libertação e atinge o coração de cada indivíduo.

Todavia, a luta para as mudanças neste cenário continua no embate, tendo em vista, que foram transcorridos 10 (dez) anos após a Recomendação n.44 do Conselho Nacional de Justiça que trata da prática da leitura como remição de pena. Sabe-se, portanto, que nem todos os presídios fazem adoção das práticas recomendadas¹. Como resultado, teve-se um marco para a história com a criação de uma Resolução, elaborada pelo Plano Nacional de Fomento à Leitura nos Ambientes de Privação de Liberdade (Portaria CNJ 204/2020) e de Plano Nacional de Fomento ao Esporte e Lazer no Sistema Prisional (Portaria CNJ 205/2020), que contou com a participação de organizações da sociedade civil, como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e do poder público, além de especialistas na matéria, conforme normativa datada em 06 (seis) de maio de 2021 (dois mil e vinte e um).

A FEBAB, por meio da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP), presidida pela bibliotecária Cátia Lindemann, fez parte da elaboração desta nova regulamentação de remição da pena por meio da leitura. A instituição defendeu a existência das bibliotecas prisionais como “espaço imprescindível para acontecer a remição de pena por meio da leitura”, uma vez que, “com a existência das bibliotecas, todos e todas terão acesso garantido aos livros”.

A regulamentação visa mudar os moldes no Sistema Penitenciário Brasileiro como aporte para adoção de novas práticas e organização em sua estrutura física em seu espaço, com instalação de Biblioteca Prisional, com inclusão do bibliotecário demais agentes que interajam na causa da ressocialização e remição da pena pela leitura.

Conforme Julião (2012, p.287), em pesquisa em torno do Sistema Penitenciário Brasileiro, faz referência quanto a percepção penal dos agentes operadores da execução penal, especificamente dos gestores para a conclusão do conceito de ressocialização, ao enfatizar:

[...] compreendem como o ‘resgate da autoestima’, como a possibilidade do apenado ‘ter alguma esperança no futuro’. Em síntese, significa o indivíduo ‘voltar à sociedade adaptado, respeitando as leis’. Ou seja, ‘o preso deve voltar para a sociedade sem se delinquir’.

Nesta proposição, observa-se quão grande são os desafios quando se lida com questões educativas e políticas, em que os protagonistas são sujeitos que vivem em situação de restrição quanto ao espaço físico, convivência social e privação de liberdade, que nos instiga

¹ Práticas de adoção de leitura conforme determinação do Projeto de remição de pena, subsidiada pela Lei nº 12.433 de 2011, de atividades, considerando o prazo para leitura e a finalização com apresentação de um relatório ou resenha para a comissão organizadora para aferir no tempo da remição.

na forma de pensar, de agir, e de transformar a realidade que ajuda a produzir sujeitos tão desiguais.

3.1 Leitura em ambiente prisional

A leitura enriquece e estimula o intelecto do indivíduo permitindo o raciocínio crítico, inferência e, o estabelecimento das relações em que estrutura suas próprias conclusões. Perfaz um processo na organização da informação e articulação dos conteúdos culturais, cumprindo desta forma sua função social.

Acredita-se que a leitura como interação social desenvolve a oralidade, a escrita, a criatividade e contribui de forma significativa para a formação dos homens demonstrarem os seus prazeres e desejos, tornando-os, sujeitos sociais no sentido de melhor compreenderem suas representações sociais. Nesta conjuntura, e partindo da premissa de que os apenados estão extintos desses direitos, acredita-se que no contexto atual, a leitura além de amenizar a pena é um meio de libertação e formação de indivíduos críticos para a sociedade.

Neste sentido, a prática da remição pela leitura conforme o Departamento Penitenciário Nacional, contribui de forma positiva para a justiça e para a sociedade, haja vista, que ocupa o tempo de ócio do apenado de forma útil, reflexiva, educava e mais eficaz (BRASIL, 2017).

Dados da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP), indica que no Estado, a Lei nº 10.606, de 30 de junho de 2017, passa a vigorar, depois de sancionada e publicada, pelo então governador do Estado Flávio Dino, que institui o Projeto "Remição pela Leitura" no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Maranhão, com decreto e sanção da Lei pela Assembleia Legislativa do Estado como fomento à leitura e dá algumas diretrizes conforme citado no Artigo 19 no portal da Secretaria de Estado de Transparência e Controle (MARANHÃO, 2017, p.2).

Art. 19. A Comissão da Remição pela Leitura será responsável por:

I - relacionar as obras literárias que compõem as ações da Remição da Pena por Estudo pela Leitura; II - atualizar periodicamente os títulos das obras literárias do acervo das ações da Remição da Pena por Estudo pela Leitura; III - orientar os internos custodiados alfabetizados sobre como elaborar relatórios de leitura e resenhas; IV - realizar a orientação de escritas e reescritas de textos para a elaboração dos relatórios de leitura e das resenhas; V - corrigir a versão final dos relatórios de leitura e das resenhas; VI - elaborar declaração mensal ou quando solicitada, relativa à leitura das obras literárias, contendo carga horária e aproveitamento escolar para fins de remição pela leitura; VII - emitir atestado para fins de remição.

Contextualizando sobre o sujeito leitor, observa-se que, a formação dá-se em vários ambientes, quer seja primários e/ou secundários, tais como, a casa, família, biblioteca e escola, no convívio e em interação com os pensamentos processados e armazenados para aquisição de conhecimentos úteis.

Logo, nesta proposição de desenvolver hábitos de leitura, observa-se que vários atores imbricam nesta realização, como os pais, a escola, os professores. Neste sentido, Arana *et al.*, (2015, p.3), enfatiza que para tornar o mundo um lugar melhor é necessário que se integre uma política de incentivo à leitura e a inclusão de novos leitores à educação, como meio de conquista de resultados efetivos para a educação.

Uma boa estratégia consiste em oferecer livros adequados ao nível etário das crianças, logo a partir da idade de seis meses. Como a criança não tem capacidade de leitura autônoma, os familiares deverão assumir o papel de contadores de histórias, utilizando gesticulação e teatralização adequadas, falando de modo que a criança vá entendendo a palavra e o seu sentido, observando-a com atenção para inferir as sensações e os sentimentos que a narrativa lhe provoca (SABINO, 2008, p.4).

Portanto, a adoção de estratégias de leitura desde a infância, permite que a criança tome gosto e interesse pela leitura, à medida em que tenta compreender o universo das letras desenhadas no livro como se ali estivesse um mundo mágico a ser descoberto.

Enfim, a criança ao tomar gosto pela leitura desde infância, de acordo com cada etapa do seu desenvolvimento, poderá ser formada como agente plenamente preparado para viver na sociedade à qual pertence, e, conseqüentemente vai colaborar para a redução da violência e criminalidade, pois ajuda na formação de novos valores. (FIRMINO SOBRINHO, 2008).

Na escola, o professor é o mediador da leitura com a incumbência de formar bons leitores, utilizando-se de estratégias e ações pedagógicas que visem incutir nos alunos o gosto e o hábito pela leitura, como uma proposta para mudança e transformação tornando-os em sujeitos cultos, sábios e criativos.

Destarte, Krugh (2015, p.8);

Pode-se entender que a função da escola consiste em desenvolver no educando a capacidade de aprender a aprender, estruturando suas práticas pedagógicas com vistas à formação moral e social do indivíduo, incluindo a estruturação de um sistema contínuo de troca de informações, amparado por uma biblioteca com acervo capaz de suprir as demandas da leitura, bem como por outros ambientes de apreciação da escrita onde haja circulação e aproveitamento do conteúdo de livros, recorrendo a profissionais qualificados[...]"

Nesta lógica e como suporte a um sistema estruturado, observa-se quão importante se faz presente a biblioteca e o acervo como facilitadores para atingir o objetivo de formar bons leitores desde os anos iniciais, além de fomentar a liberdade e o poder a partir da aquisição e apreensão do conhecimento que a leitura é capaz de proporcionar.

A prática da leitura no presídio, quando realizada em conotação para a remição de pena, trata-se de uma prática cultural, em que o leitor busca novas possibilidades de sua vida ao ver remida a sua pena. Outrossim, o leitor deixa-se apreender pelo conhecimento e passa a refletir sobre a sua formação e construção de si mesmo. Nesse sentido, a leitura traz o mundo das diversidades e das possibilidades nas adversidades.

São oportunidades que os presos galgam e agarram como uma válvula para passar o tempo ocioso, para que a mente não se turbe pelo convívio em um ambiente degradante em que vive a mercê do sistema, muitas vezes em constante luta interior para preservar a própria vida.

Dantas (2018, p.35), a respeito desta questão salienta que:

O sistema prisional do país tem oferecido condições mínimas de ressocialização e a consequência deste fato é que após o cumprimento da pena, os ex-presidiários que são marginalizados e discriminados pela sociedade que não lhes oferece qualquer oportunidade de reingresso, voltam a delinquir, tornando-se mais marginalizado e agressivo e, conseqüentemente, mais apto a ser anomalia social.

E no contexto carcerário, existe, ainda, uma gama de problema encontrados em desrespeito ao preso, como a superlotação, consumo de drogas, falta de atividades laborais, abusos sexuais, agressões físicas e torturas, falta de acompanhamento psicológico e social, dentre outros. Com o agravante dessas situações, o apenado se vê acuado e sente-se vitimado de um sistema cada vez mais complexo. É dever do Estado e das Secretarias trabalhar concomitantemente para tomada de medidas que venham dá possibilidades para diminuir a reincidência e regresso dos apenados por meio de uma ressocialização. (SILVA NETO; LEITE, 2011).

Nessa vertente, é questionada a ressocialização dos indivíduos em sistema de cárcere. Ressocializar é dar ao preso o suporte necessário para reintegrá-lo a sociedade, é buscar compreender os motivos que o levaram a praticar tais delitos, é dar-lhe uma chance de mudar, de ter um futuro melhor, independente daquilo que aconteceu no passado.

Nesta perspectiva, a leitura no ambiente prisional preenche uma lacuna a medida em que o apenado passa a exercer atividades de cunho intelectual, às vezes tão almejado ou equidistante da realidade vivida extramuros.

Um dos objetivos da remição da pena pela leitura é fazer com que os encarcerados esqueçam os motivos e circunstâncias que os levaram ali, e a partir disso, mostrar que a vida daquelas pessoas que cometeram determinado delito não se reduz ao mero ato que as levaram à prisão. (SOARES, 2020, p.16)

Cabe, portanto, no tocante a aplicação da leitura no presídio, propiciar o resgate desse indivíduo e acatar o que determina a recomendação quanto ao fornecimento de material para a leitura, criação de biblioteca em seus espaços, assim como outras oportunidades de maneira construtiva para uso do tempo livre para ocupação da mente, o que pode ser absorvido como um meio de distração e fuga das preocupações diárias, haja vista, que a Biblioteconomia com seu profissional qualificado perfaz como diferencial no campo de atuação como mediador da informação.

Neste sentido, torna-se necessário compreender a Biblioteconomia como campo de atuação no processo de contribuição social referente a questão da leitura em sistema prisional a partir das possibilidades de formação em conteúdos e práticas nos seus cursos e escolas ofertados no País a luz do âmbito estrutural curricular.

4 BIBLIOTECONOMIA E A ABORDAGEM SOBRE BIBLIOTECAS PRISIONAIS E LEITURA

O curso de Biblioteconomia no Brasil foi elevado à categoria de ensino superior no ano de 1962, logo após houve a padronização das disciplinas ministradas nas escolas por meio do primeiro Currículo mínimo em 1962 que surgiu a partir da obrigatoriedade de diplomas de Biblioteconomia serem registrados na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

O ensino de Biblioteconomia surgiu a partir do Decreto 8.835 de 11 de julho de 1911 que estabeleceu a criação do primeiro Curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional. Este fato ocorreu por meio do esforço e empenho de Manuel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional. No entanto, as aulas só começaram em abril de 1915 por causa da desistência dos inscritos (RUSSO, 1966; CASTRO, 2000; APUD, ALMEIDA; BAPTISTA, 2013).

As primeiras escolas surgem no Rio de Janeiro e São Paulo com visões diversificadas, em que a primeira era voltada para raízes humanísticas e São Paulo detinha uma visão basicamente tecnicista. Destarte, os bibliotecários formados nessas instituições defendiam a abordagem de acordo com a escola da sua formação, o que configurava como uma grande polêmica entre ambas, pois se diferenciavam no contexto das disciplinas ofertadas assim como nas práticas técnicas.

Convém salientar que essa democratização da informação adquirida ao longo do tempo pela biblioteca fez surgir as diversas tipologias de bibliotecas, diferenciadas, no entanto, por seus conceitos, funções e objetivos (SILVA NETO; LEITE, 2001, p.50).

Nesta perspectiva, há de se considerar, que como forma de agilizar o conteúdo da comunicação no sentido de torná-la acessível para a sociedade, a divisão de bibliotecas protagonizou a comunicação em rede. Desse modo, destaca-se como uma das missões da Biblioteconomia, a formação do profissional bibliotecário para mediar e gerenciar informações, em um processo que surge mediante a necessidade da democratização, a especialização e a socialização da informação.

Logo, compreende-se que o curso de Biblioteconomia se constitui como balizador para o tratamento da informação apresentada nos mais variados suportes como os tradicionais, eletrônicos ou virtuais, cuja participação no processo de organização, paira sobre o desenvolvimento de suas atividades como na recuperação e disseminação da informação

disponível em livros, revistas, jornais, fotografias, discos, slides, fitas de vídeos e CD-ROM, disponíveis nos espaços públicos e privados em unidades de informação.

Os conteúdos dos cursos distribuem-se em conteúdos de formação geral, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Biblioteconomia e em conteúdos de formação específica, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta. (SOUZA, 2002, p. 9).

Embora a Biblioteconomia tenha grande participação no processo de organização e disseminação da informação, cabe questionar sobre a formação do profissional bibliotecário distante das demandas sociais no que tange a disseminação da informação com os apenados, em observância às suas preferências e seu perfil, fato este observado pela falta de postos de trabalho fixo para bibliotecário no espaço prisional.

Os projetos de leitura devem apresentar continuidade, seguir regras unificadas por meio de uma lei federal bem estruturada e não somente adaptar um artigo do código penal. São necessárias etapas claras, desde a implementação, a criação de acervo (biblioteca), a participação de bibliotecários, educadores, pedagogos e psicólogos auxiliando os reclusos de liberdade na realização dos textos avaliativos, como também manutenção do espaço físico adequados. (ANDRADE, 1999, p.9).

Observa-se, portanto, que os profissionais bibliotecários são fundamentais para a organização, considerando que a biblioteca é um organismo em crescimento, logo, a estruturação dos projetos com esses partícipes é de suma importância para o desenvolvimento de programas que envolvam ações que visem a formação de leitor e pesquisador.

Nesse sentido, surgem várias tipologias de bibliotecas que visam atender a necessidade da demanda conforme sua especificidade e público alvo, tais como, as bibliotecas prisionais, as bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas e comunitárias. Portanto, os tipos de bibliotecas existem para atender as especificidades dos usuários e contribuir para o desenvolvimento social em prol da cidadania

Na literatura de Cinque *et al*, (2018, p.3), em estudos realizados sobre a biblioteca prisional, vem destacar que a “Biblioteca Prisional não tem uma definição em si, alguns autores tratam biblioteca prisional pública, outros aproximam ela da biblioteca escolar e ainda há aqueles que a consideram uma biblioteca especial”.

Para Beneduzi (2014, p.12), sobre a biblioteca especial, faz a seguinte referência: “no Brasil tem característica de biblioteca especial pelo fato de seu usuário tratar-se de uma

especialidade de usuários”. Costuma-se utilizar o termo biblioteca especial quando se quer referir à biblioteca que se dedica a atender a um tipo diferenciado.

De acordo com Castro (2017, p.38):

Pode-se classificar como biblioteca especial, a biblioteca prisional, pois serve a um público diferente, especial, com restrição de liberdade. No entanto, seu acervo é semelhante ao das bibliotecas escolares, porque sua função é dar suporte para a ressocialização do preso, por meio do estudo e promoção da leitura.

Conforme citado por Castro (2017), observa-se em sua classificação, a semelhança para sobre o acervo e função de dar suporte, todavia, o público se difere, enquanto ao espaço que ocupam na esfera global.

Neste percurso é importante destacar que a Biblioteconomia maranhense tem atuado de forma mais distinta nas organizações que atuam no campo da cultura e educação, notadamente: bibliotecas públicas, bibliotecas escolares, arquivos, museus, centro de documentação e informação responsáveis pela salvaguarda de documentos produzidos e necessários a recomposição da memória das instituições e das pessoas que são geradores de novos conhecimentos, cuja filosofia é o princípio que rege a democratização da informação da leitura e do conhecimento. (BOTENTUIT; CASTRO, 2019, p. 43 - 44).

Conforme Manifesto da Unesco sobre a biblioteca pública sobre suas funções, merece destaque sobre uma das missões em sua referência: A biblioteca pública, porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais. (IFLA, 2011).

O referido Manifesto, faz ainda, uma ressalva em seu conteúdo sobre a provisão dos serviços, igualdade sobre o atendimento, adaptação quanto à acessibilidade do usuário, quanto ao dever de inserir no processo de inclusão em toda faixa etária, implantação de tecnologias como suporte ao aprimoramento das atividades, além da manutenção do acervo que deve ser acondicionado em ambiente adequado, enquanto que as coleções devem ser inovadas, respeitando de antemão a sua missão, a ética e os valores que norteiam seu funcionamento.

Os serviços fornecidos pela biblioteca pública baseiam-se na igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para usuários inaptos, por alguma razão, a usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias lingüísticas [sic], pessoas deficientes ou pessoas em hospitais ou prisões. Todas as faixas etárias devem encontrar material adequado às suas necessidades. Coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte apropriados e tecnologia moderna bem como materiais convencionais. Alta qualidade e adequação às necessidades e

condições locais são fundamentais. O acervo deve refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, assim como a memória das conquistas e imaginação da humanidade. Coleções e serviços não podem ser objeto de nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem de pressões comerciais. (IFLA, 2011).

Ao retratar sobre a Biblioteca Escolar no contexto educacional e sua utilização na escola como fonte de pesquisa, a mesma impulsiona a um valioso suporte para obtenção do conhecimento e acesso às fontes de pesquisa, estimulando dessa forma, o hábito e prazer pela leitura, enquanto auxiliadora para formação de sujeitos capazes de construir sua própria história.

Nesta assertiva, a Biblioteca Escolar configura-se como um espaço para a dinamização do conhecimento como auxiliadora ao processo de ensino aprendizagem com responsabilidade pela formação do cidadão, tendo em vista, que muitas crianças não tiveram acesso no seio familiar antes de adentrar no recinto da escola, conforme citado por Ferreira (2018, p.2) ao retratar sobre o papel da educação: “[...] A educação se efetiva enquanto processo de mudança social nos contextos em que se insere na família, na escola, nos diversos espaços de convivência [...]”.

Quanto às Bibliotecas Universitárias, observa-se atualmente, que as mesmas têm preenchido uma posição proeminente no contexto social. Neste sentido, basta perceber sua amplitude e o seu protagonismo em benefício do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social, em conformidade com os objetivos, valores e missão da universidade, possibilita a compreensão de sua imprescindibilidade na sociedade como uma agente estimulante e contagiante do conhecimento advindo de seu acervo e dos subsídios dos pesquisadores, docentes e discentes.

A biblioteca universitária caracteriza-se por sua forte aderência e sintonia com as atividades desenvolvidas no âmbito universitário, por conseguinte, contribui com a formação profissional e o desenvolvimento social. As mudanças oriundas da sociedade são refletidas nas atividades universitárias que, por sua vez, demandam novos produtos e serviços informacionais a serem ofertados no ambiente acadêmico. (SANTA ANNA; COSTA, 2017, p.40)

As Bibliotecas Universitárias foram criadas para subsidiar o ensino e aprendizagem das instituições de nível superior. Com a instituição do ensino superior surgiram as bibliotecas universitárias como suporte fundamental para subsidiar o ensino/aprendizagem como parte associativa do saber das entidades cujos objetivos estão relacionados ao ensino e a pesquisa.

Souza (2016, p.23) caracteriza-a como uma fonte de informação que configura além do estereótipo de depósito de coleções e discorre:

Com isso, percebe-se que a biblioteca universitária vai além do armazenamento da informação, contribuindo para a busca e a recuperação da informação, influenciando o corpo acadêmico no desenvolvimento de pesquisas e na tomada de decisões, aumentando a produtividade da comunidade ao qual está inserida.

Em linhas gerais, a Biblioteca Universitária, cumpre seu papel e exerce atividades de cunho social, cultural e profissional com relevante desempenho em funções para a sociedade acadêmica, constituindo um espaço democrático com igualdade e acesso a todas as classes sociais inseridas quer seja no espaço físico ou virtual em busca de informação e conhecimento.

Quanto à Biblioteca Especializada, esta configura como instituição que se dedica a agrupar sistematicamente o acervo relativo à sua especialidade, disponibilizá-lo aos seus usuários e garantir o acesso sobre um assunto inerente a unidade de pertença.

A criação de bibliotecas especializadas decorreu da divisão do grande público por diferentes interesses, causada, principalmente, pela fragmentação da ciência em áreas do conhecimento. Nessas organizações, os princípios que norteiam sua existência estão centrados no tratamento de um determinado assunto ou em conjuntos de assuntos específicos. Dessa forma, os campos do saber que apresentam quantidades significativas de produções intelectuais, ou conteúdo que, de alguma maneira, se fazem relevantes a um grande número de pessoas, impulsionam a formação dessas unidades informacionais. (CAMPOS *et al*, 2015, p.2).

São unidades informacionais que dão subsídio ao seu nicho, como uma organização embasada na especialidade da área específica do conhecimento, contendo material suficiente e de qualidade, com bibliografias abrangentes na área de trabalho ou estudo.

Em suma, todas as Bibliotecas prefiguram como símbolo do conhecimento e carrega consigo uma elevada carga cultural, uma vez que o ato de escrever e registrar o conhecimento constitui-se como uma das formas de se preservar a cultura de um lugar.

Destarte, o ato de escrever e registrar o conhecimento, advém do processo de leitura, da carga de conhecimento e da interação com o ambiente organizacional da biblioteca em que o indivíduo está inserido como parte do grupo social em que se insere.

O apenado inserido em seu grupo social no ambiente do cárcere, faz parte do processo de leitura quando de forma voluntária, adota a leitura como forma de remição de pena e aprendizado. Com endosso ao entendimento sobre remição, Cátia Lindemann (2020, p.21),

aborda sobre a remição pela leitura, cuja interpretação paira sobre o entendimento acerca da remição pela leitura e adoção no País, tão diferenciado da remição pelo estudo.

Remição pela Leitura: Surgiu no ano de 2012, no campo do Sistema Penitenciário Federal, por meio da Portaria Conjunta 276 da Justiça Federal e Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). A remição de pena pela leitura surgiu, primeiramente, no Paraná e, hoje, está estabelecida, com métodos e orientações variadas, em 26 estados, no Distrito Federal e no Sistema Penitenciário Federal (SPF). Torna-se necessário salientar e endossar, que a remição pela leitura “não é lei”. Existe uma avalanche de distorções, inclusive de inverdades, que confundem a remição da pena por meio dos estudos – que é Lei – para com a remição da pena pela leitura, à qual está embasada por uma recomendação, ou seja, cabendo aos Estados adotar essa resolução, ou não. Diferentemente de uma Lei, em que todos, sem exceção, devem cumprir.

Neste contexto, o capítulo subsequente busca compreender a Biblioteca em Sistema Prisional, seu funcionamento, composição do acervo e aspectos relevantes no tocante à prática da leitura. Sobre a existência e organização do acervo, convém ressaltar que perfaz séculos em que foi cogitado a legitimidade dos livros e da leitura nas prisões por meio das bibliotecas, fato este, que merece destaque em retratar sobre os aspectos que a diferenciam das demais bibliotecas existentes na sociedade da informação.

4.1 Biblioteca em Sistema Prisional

Falar em biblioteca prisional requer abordar sobre os aspectos históricos da sua trajetória como mentora ao auxílio educacional nas instituições prisionais Brasileiras, para compreensão do seu funcionamento na contemporaneidade.

A criação da biblioteca no sistema carcerário é um estímulo para a leitura enquanto para o desenvolvimento da prática e ocupação da mente em um mundo tão sombrio e, sem perspectivas. Neste contexto e em conformidade do Plano Diretor do Sistema Penitenciário, no quesito Bibliotecas, art. 21 da Lei de Execução Penal: em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 2008).

Embora, seja um desafio a implantação de bibliotecas no cárcere, é possível levar ao detento a leitura e transformá-la em ferramenta dentro do sistema carcerário, na medida em que possa auxiliar os gestores a programar espaços educativos nos quais os presos canalizam suas energias e encontram alternativas para ampliar sua educação formal, colocando-se, por esta via,

em melhores condições para o retorno à sociedade extramuros, além de alterar a rotina intramuros. (LINDEMANN, 2020, p.13).

De certo que o convívio do apenado, excluído do meio social, restrito ao ir e vir em uma casa de detenção afere na sua rotina ao deparar-se com o novo e desconhecido. Neste sentido, a biblioteca com todo seu arsenal contribui para a educação ao propiciar o conhecimento que muitas das vezes não foi adquirido na vida extramuros, por motivos oriundos da base familiar, nível de pobreza, violência e crime.

A leitura adentra como uma forma de melhoria no nível educacional, a partir do momento em o apenado mantém a mente ocupada, adquire novas descobertas em seu interior e pode estar articulando esta oportunidade como auxílio a sua liberação. Com base neste argumento, Julião (2012, p.271) vem reforçar, “[...] é comum nas experiências de educação muitos internos que concluíram a educação básica retornarem aos bancos escolares intramuros [...]”.

A biblioteca prisional surge como um suporte para a execução da atividade de leitura em favorecimento ao processo em concomitância com os envolvidos conforme os ditames recomendados.

A remição por leitura é uma atividade complementar subsidiada pela Lei 12.433 de 2011 pela Recomendação n. 44 do Conselho Nacional de Justiça deve ser estimulada e estabelece os critérios, dentre os quais destaca a participação do preso que deve ser voluntária, que exista um acervo de livros dentro da unidade penitenciária e os resultados ditados segundo a norma, o apenado tem o prazo por ano, de 22 a 30 dias para a leitura de uma obra, apresentando ao final do período uma resenha a respeito do assunto, que passa por avaliação da comissão organizadora. Cada obra lida possibilita a remição de quatro dias de pena, com limite de doze obras por ano, ou seja, no máximo 48 dias de remição por leitura a cada doze meses. (BRASIL, 2015).

Nesta linha de raciocínio, busca-se entender o contexto da biblioteca localizada em presídio e sua nomenclatura, haja visto, que se trata de um grupo especial inserido no âmbito do presídio.

De acordo com Beneduzi (2004, p.12), “Brasil, costuma-se utilizar o termo biblioteca especial quando se quer referir à biblioteca que se dedica a atender um público diferenciado, que pode ser, idosos, cegos, ou pessoas que encontram em prisões e entre outros.”

Portanto, ao referenciar o público inserido nas prisões, cabe afirmar que se trata de uma biblioteca com atendimento especial a um grupo seletivo, todavia ela pode ser especializada pelo conjunto de seu acervo, tendo em vista, que as leituras devem estar

niveladas ao nível de conhecimento do seu público-alvo, a fim de que haja aproveitamento no processo ensino aprendizagem. Neste contexto, biblioteca prisional, está atrelado ao espaço físico localizado no recinto do presídio e tem como objetivo auxiliar no processo de recuperação do preso, ressocializar e atender os interesses sociais e políticos vigentes.

Segundo Oliveira e Moraes (2017, p.113) o objetivo de uma biblioteca dentro da prisão é promover o aprimoramento intelectual, expandir o conhecimento, favorecer o lazer e o entretenimento e a implantação do espaço escolar nos presídios visando oferecer uma oportunidade para que o aluno pesquise em outras fontes além dos livros didáticos, enriquecendo assim, o ensino dos conteúdos curriculares.

Corroborando com o pensamento sobre o objetivo da biblioteca na prisão, Miotto (2017, p,40), ressalva: Mesmo com limitações em relação a espaço físico e a gêneros literários na formação do acervo, as bibliotecas prisionais têm por objetivo garantir o acesso à informação, à cultura e à educação, fazendo do livro um objeto de ressocialização e de promoção da cidadania.

A biblioteca nos presídios tem como proposta a reintegração social dos detentos através de atividades por ela desenvolvidas no espaço prisional. Assim, a biblioteca prisional pode ser caracterizada como local de oportunidade ao apenado, onde entre outras atividades, ele têm acesso à educação, a leitura, ao convívio social com os outros presos e com profissionais que atuam nesses espaços de apoio educacional.

Devido à natureza dos usuários reclusos, o acervo das bibliotecas prisionais passa por limitações, para que não venham a oferecer materiais que possam estimular a fugas, delitos, crimes, etc. Também materiais com cunho erótico, político partidários e pornográficos não são incluídos na composição do acervo (MIOTTO, 2017, p.39).

É notório que a rotina no ambiente prisional aliado a superlotação, a falta de trabalho e educação, constituem como elementos para a ociosidade e pode ocasionar outros tipos de problemas tanto de ordem individual ou no coletivo, fato este, que pode ser minimizado com a prática da leitura no ambiente. As bibliotecas prisionais vem impactar neste cenário quando se baseia no objetivo de garantir o acesso a informação, a cultura e à educação, ao fazer do livro um objeto de ressocialização e de promoção da cidadania enquanto no desempenho de um papel de suma importância no contexto humanístico e social.

5 OS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: leitura e biblioteca prisional

Com a educação, é possível que o indivíduo mude seu modo de pensar e agir através da aquisição de novos conhecimentos. A biblioteca é um importante recurso para auxiliar na educação e transformação social do detento (SANTA ANNA, 2015, p.76). De certo, a biblioteca inserida no âmbito dos presídios, configura como um diferencial para a realização da prática de leitura e aprendizagem em um mundo sombrio, todavia, a existência de bibliotecas seja uma minoria nos presídios, por falta de políticas públicas reformadora para a estruturação do espaço físico em atendimento a demanda encarcerada.

Como forma de atingir um dos objetivos da pesquisa, buscou-se verificar a existência de disciplinas nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Região Nordeste, que trazem no seu bojo perspectivas de discussões sobre a leitura no sítio das ementas de cada Projeto Político Pedagógico das referidas Instituições, para embasar a pesquisa.

Quadro 1- Cursos de Biblioteconomia

Região Nordeste	Universidade Federal da Bahia – UFBA (BA) http://blog.ufba.br/ici/ensino/biblioteconomia/
	Universidade Federal do Ceará – UFC (CE). http://www.ufc.br
	Universidade Federal de Sergipe - UFS (SE) Curso de Biblioteconomia e Documentação. http://cienciainformacao.ufs.br/pagina/7064
	Universidade Federal de Alagoas – UFAL (AL) https://www.ufal.bra.a.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1
	Universidade Federal do Cariri - UFCA (Juazeiro do Norte-CE) http://www.uespi.br/site/?page_id=25655/
	Universidade Federal da Paraíba - UFPB (PB) http://www.ccsa.ufpb.br/dci
	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (PE) https://www.ufpe.br
	Universidade Federal do Maranhão - UFMA (MA). https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?lc=pt_BR&id=85812
	Universidade Estadual do Piauí - UESPI (PI) http://www.uespi.br/site/?page_id=25655
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (RN) https://www.ufrn.br/

Fonte: Da autora, adaptado de Brasil (2017a).

Conforme descrição do quadro 1, foi identificado as Universidades da Região Nordeste que possuem o Curso de Biblioteconomia, onde observou-se que apenas o Curso de Biblioteconomia da Universidade de Sergipe (UFS), tem extensão na sua nomenclatura com a denominação de Biblioteconomia e Documentação. Ao analisar as disciplinas por meio do site

das instituições, foi verificado que as mesmas trazem em seu bojo disciplinas que versam sobre a leitura e, disponibilizam as documentações sobre currículo em seu ementário.

O Estado do Ceará contempla 02 (duas) universidades, localizadas respectivamente em Fortaleza e Cariri (Juazeiro do Norte). A Universidade Federal de Cariri, antes vinculada a Universidade Federal do Ceará (UFC), conquistou sua autonomia em 2013 e se destaca por basear suas funções em quatro pilares, sejam, o Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, tendo como principais objetivos a inclusão social e o desenvolvimento territorial sustentável. (UFC, 2021).

Em análise aos Cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste, identificou-se que os Estados da Bahia, Paraíba, Alagoas, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, adotam a nomenclatura ao curso de Biblioteconomia, enquanto no Estado de Sergipe, o curso estende-se à Biblioteconomia e Documentação.

Destaca-se que no Estado de Sergipe o curso de Biblioteconomia e Documentação está vinculado ao Departamento de Ciência da Informação (DCI) e tem por objetivo principal formar profissionais aptos a atuarem no gerenciamento e organização de Bibliotecas e Centros de Documentação, com capacidade para planejamento, assessoria e prestação de serviço em redes e sistemas de informações, de modo a atenderem às necessidades de informação da sociedade em seus aspectos sociais, culturais e científicos, exercendo uma postura crítica e reflexiva sobre seu desenvolvimento profissional, humano e social. (UFS, 2021).

Observa-se que entre as 10 (dez) universidades da Região Nordeste, a maioria tem como instituição mantenedora o órgão Federal. Apenas a Universidade do Piauí é custeada pelo seu Estado.

Todas as instituições analisadas têm em seu histórico, o comprometimento com a formação profissional do seu universo e são permeados por sua visão, missão e valores como meta para a concretização das suas atividades para atingir o objetivo.

Em se tratando do curso de Biblioteconomia da UFMA, é sabido, que acerca da atualização do currículo, tais como 10, 20, 30, são feitos debates no âmbito do departamento e coordenação de cursos nesses 3 (três) currículos com discussões sobre a leitura, com acréscimo de novas inserções que contemple uma formação profissional de qualidade para atuar no mercado de trabalho, de forma que venha atender a demanda, sem extinguir o grupo social.

Ressalta-se aqui o currículo “0” para o qual não houve debate específico em torno da sua concepção, haja vista, ter sido o currículo inicial para o Curso de Biblioteconomia que ficou vigente no período de 1969 a 1983. Já, na elaboração do Currículo “10”, foram levadas

em consideração as peculiaridades regionais, com aumento da carga horária do currículo 0, que passou de 2.035 horas/aula para 3.270 horas/aula; no currículo “10” para o “20” as mudanças ocorreram dada a necessidade de adequação à realidade do profissional bibliotecário para a época, com vistas a atuarem em um mercado de trabalho altamente diversificado. Houve redução na carga horária de 3.270 horas/aula para 2.970 horas/aula. Já, o debate sobre currículo “30” trouxe novos elementos de reflexão que permitiram olhar as transformações sociais vivenciadas no Brasil com propostas de alterações visando o mercado de trabalho e questões éticas e sociais. (FERREIRA; RODRIGUES, 2014).

O percurso da Biblioteconomia no Maranhão, o não difere da construção da Biblioteconomia no Brasil, pois sua trajetória está vinculada à necessidade de qualificação dos profissionais que atuavam nas bibliotecas, em especial a Biblioteca Pública Benedito Leite e a Biblioteca da Escola Técnica Federal do Maranhão. (FERREIRA, 2019, p.10).

A qualificação torna-se necessário para acompanhar o volume de informações de modo a adequar de forma harmônica em seu espaço, proporcionando um ambiente organizado por um profissional apto com capacidade de gestar e atender o público-alvo a contento. Nesta linha de raciocínio, resalto sobre o papel do Bibliotecário do século XXI e seu desafio em busca da Biblioteconomia Social, citado por Duarte (2018, p.72), ao enfatizar: “A forte demanda social clama para que bibliotecários atuem de forma mais colaborativa, buscando mudanças significativas na sociedade da informação [...]”. Sendo assim, o fazer bibliotecário voltado para a Biblioteconomia Social foi motivo de análise sobre a abordagem da temática leitura, como propõe a pesquisa em si.

Cada instituição analisada, possui seu currículo estruturado, com carga horária delineada e, distribuídos em disciplinas que correspondem a filosofia e ao objetivo do curso. As disciplinas são norteadas a partir do delineamento de atividades em programas com suas respectivas ementas que especificam o processo didático e metodológico para o ensino.

5.1 Os Currículos de Curso da Região Nordeste do Brasil: análise das ementas de disciplina

O currículo é a seleção e organização do que se vai ensinar, tendo como fundamento o desenho do profissional que se quer formar.

O currículo é definido como as experiências de aprendizagem planejadas e guiadas e os resultados de aprendizagem não desejados formulados através da reconstrução sistemática do conhecimento e da experiência sobre os

auspícios da escola para o crescimento contínuo e deliberado da competência pessoal e social do aluno. (LOPES, 2014, p.2)

Observa-se que para criação de um currículo, requer um planejamento prévio, tendo em vista, que o mesmo vai definir a formulação do processo de implantação visando atender o aluno no sentido de qualificar para a sua formação profissional.

Sobre os aspectos da formulação do currículo, Santos (2010, p.51, ressalva: “[...] o currículo é estabelecido à luz da legislação, de diretrizes e ferramentas desenvolvidas de forma a tornar exequível o projeto da educação para a sociedade [...]”. Entende-se, pois, que para criação do currículo de curso, existem parâmetros de adoção, tais como, os regulamentos, conteúdos, recursos materiais, pessoal e administração pedagógica. Portanto, as diretrizes curriculares objetivam formar profissionais que possam atuar de forma crítica e reflexiva visando a construção do profissional atuante nos aspectos sociais, políticos e culturais.

Gaspar, Santos e Santos (2013), trazem que o currículo na sua concepção tradicional foi considerado como informação que perpassa por gerações na forma de conhecimento organizado, ou seja, uma coleção de matérias para aprendizagens distintas. O currículo na ótica de sua diversidade, multiplicidade e complexidade, tem três formas: o currículo enunciado, que engloba a materialização da reconstrução de representações referentes aos lugares da memória; o implementado, que vai passar o legado dessas representações para o futuro, por meio do processo ensino aprendizagem, que contribui para a formação e representações das identidades, e o currículo adquirido, que vai determinar até onde o essas representações reconstruídas com base no ensino e implementação pelo currículo, são transportados para a construção das identidades, visto que tudo perpassa pelo fato de como a escola vê a sociedade onde está inserido e considera o aspecto cultural no contexto da temporalidade.

Assim, o currículo é parte integrante dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), e estes são a base para a estruturação do ensino a ser ofertado ao curso em que são observados o contexto social e político do momento, para que a oferta do ensino esteja condizente com o que se deseja a formação do profissional, respeitando ao sistema de educação vigente. Representa, desta forma, um norte para o seguimento da oferta ao ensino, com vista à formação do profissional para inserção no mercado de trabalho. Como destacado por Santos (2010, p.56), os PPC,

[...]representam um esforço coletivo e seu produto visa adequar os cursos às normas, princípios e propostas gerais no contexto do sistema nacional de educação vigente. Através do PPP individualizado para cada curso, é estabelecido o currículo e explicitada a sua estrutura feitas as devidas

adaptações à realidade de cada universidade e de cada departamento. Essa realidade se ajusta às demandas da realidade regional e das condições sócio, política, econômica e cultural do ambiente em que se inserem. Consequência de um processo intenso de reflexão e decisões coletivas, os PPP resultam do engajamento do conjunto dos agentes educacionais e sociais.

Ao analisar a estrutura curricular dos cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil, no que tange as disciplinas que versam sobre leitura, foram encontradas em suas ementas os conteúdos, conforme apresentado nos quadros 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11.

Quadro 2 – Disciplina de leitura na UFBA e sua ementa.

Bibliotecas Públicas Escolares (optativa)

Ementa: Conceituação e funções das bibliotecas infantis, escolares, públicas e comunitárias. Estrutura, funcionamento e dinamização. As diferentes abordagens da leitura como fator de desenvolvimento. Legislação e estabelecimento de uma política de bibliotecas. Perspectivas e alternativas das bibliotecas e o papel do bibliotecário. O usuário, a divulgação e o marketing nas bibliotecas.

Fonte: UFBA (2021)

Com a análise das ementas da universidade UFBA, foi constatado que o curso possui uma disciplina optativa sobre a temática Leitura, com destaque aos conceitos e funções das bibliotecas que abordam os processos de leitura e o fazer bibliotecário enquanto agente de mediação junto ao usuário, na divulgação e propagação dos serviços disponíveis nas bibliotecas.

Quadro 3 – Disciplinas de leitura na UFC e suas ementas.

Teoria e prática da leitura (obrigatória)

Ementa: Enfoca os processos da leitura e da escrita sob diferentes concepções, enfatizando, sobretudo, as sociointeracionistas, a estética da recepção e o letramento. Estuda as políticas de leitura no Brasil para contribuir na compreensão das atuais problemáticas da leitura/escrita, do livro, da biblioteca, da formação do leitor e das práticas leitoras.

Bibliotecas Escolares (optativa)

Ementa: conceitos, funções, missão e objetivos. A mediação de leitura. Fundamentação para aprendizagem por questionamento. A legislação da biblioteca escolar. A responsabilidade do bibliotecário como orientador nos processos de ensino-aprendizagem. Organização e gestão da biblioteca escolar. O leiaute da biblioteca. Acessibilidade na biblioteca escolar e os usuários com necessidades educacionais especiais (PNEES).

Fonte: UFC (2021).

Após a análise das ementas da universidade UFC, constatou-se que o curso possui duas disciplinas, sendo uma obrigatória e optativa que versam sobre a temática Leitura, com enfoque à leitura e escrita, letramento, mediação da leitura e as políticas públicas em busca de soluções para a problemática no contexto atual da sociedade e práticas de leitura.

Quadro 4 – Disciplina de leitura na UFCA (Cariri) e sua ementa.**Teoria e prática da leitura (obrigatória)**

Ementa: Enfoca os processos da leitura e da escrita sob diferentes concepções, enfatizando, sobretudo, as sociointeracionistas, a estética da recepção e o letramento. Estuda as políticas de leitura no Brasil para contribuir na compreensão das atuais problemáticas da leitura/escrita, do livro, da biblioteca, da formação do leitor e das práticas leitoras.

Fonte: UFCA (2021).

Ao ser analisado as ementas da universidade UFCA, foi constatado que o curso possui uma disciplina obrigatória que versa sobre a temática Leitura, com enfoque à leitura e escrita, letramento, mediação da leitura e as políticas públicas em busca de soluções para a problemática no atual contexto da sociedade.

Quadro 5 – Disciplinas de leitura na UFAL e suas ementas.**Contação de História (obrigatória)**

Ementa: Contação de histórias como forma de incentivo à leitura: usos e possibilidades em ambientes educacionais formais e não formais. A contação de história como recurso terapêutico.

Leitura e Biblioteca (obrigatória)

Ementa: Leitura, natureza e funções. Formação do leitor: motivações interesse de leitura. Tipologias do leitor. Literatura infanto-juvenil. Discussões sobre gênero e panorama histórico. Literatura infanto-juvenil e pedagogia. Práticas de leitura na biblioteca. Pesquisa escolar e biblioteca

Fonte: UFAL (2021).

Após a análise das ementas da universidade UFAL, constatou-se que o curso possui duas disciplinas obrigatórias que versam sobre a temática Leitura, com destaque para o interesse e motivação pela leitura em ambientes dentro e fora da escola e biblioteca utilizada como terapia e incentivo a formação do leitor.

Quadro 6 – Disciplina de leitura na UFPE e sua ementa.**Seminários de Leitura (optativa)**

Ementa: Teorias sobre texto e leitura. Habilidades de compreensão e interpretação de textos de diferentes gêneros. Fatores de textualidade. Estratégias de leitura. Leitura como atividade interativa de produção de sentidos.

Fonte: UFPE (2021).

Com a realização da análise das ementas da universidade UFPE, foi possível constatar que o curso possui uma disciplina optativa que versa sobre a temática Leitura, com destaque

para a compreensão e interpretação dos textos, as estratégias de leitura e a atividade interativa de produção.

Quadro 7 – Disciplinas de leitura na UFS e suas ementas.

Letramento e competência informacional (obrigatória)
Letramento e competência informacional (obrigatória) por meio do estudo do Letramento e da formação de Competência informacional como quesito da relação bibliotecário/usuário, estabelecer a relação entre o pleno usufruto da produção material e cultural da sociedade e o desenvolvimento de habilidades, competências, hábitos e gostos no âmbito da leitura.
Sistemática da Leitura Infantil (obrigatória)
Ementa: Texto infantil. Conceito. Estilos. Personagens. Narrativas.
Organização de Bibliotecas Escolares (optativa)
Ementa: Função educativa. Prática de leitura. Pesquisa bibliográfica.
Formação do leitor na Biblioteca Universitária (optativa)
Ementa: Aspectos conceituais da leitura. Caracterização do leitor universitário. As instituições públicas e seus dispositivos para formação do leitor universitário. Formas e mecanismos práticos de leitura.

Fonte: UFS (2021).

Após a análise das ementas da universidade UFS, evidenciou-se que o curso possui quatro disciplinas que versam sobre a temática Leitura, com duas optativas e duas obrigatórias, com destaque ao desenvolvimento de competências, hábitos e gostos no âmbito da leitura, função educativa, leitura infantil e mecanismos práticos de leitura.

Quadro 8 – Disciplinas de leitura na UFPB e suas ementas.

Leitura e Produção de Textos (obrigatória/60h)
Ementa: Concepções de leitura e texto. Gêneros textuais. Intertextualidade. Estratégias de leitura. Hipertexto. Estilo. Coesão e coerência. Produção de textos técnico.
História da leitura e dos registros do conhecimento (obrigatória/60h)
Ementa: Abordagens histórico-culturais e sociais da leitura e dos registros do conhecimento. Suporte de leitura e biblioteca.

Fonte: UFPB (2021)

Feita a análise das ementas da universidade UFPB, foi evidenciado que o curso possui duas disciplinas obrigatórias que versam sobre a temática Leitura, com destaque para a concepção e produção da leitura, abordagens histórico-social e registros do conhecimento na área.

Quadro 9 – Disciplina de leitura na UFMA e sua ementa.**Leitura e formação de leitores (obrigatória)**

Ementa: Concepção de leitura. Processo de formação de leitores. Práticas de leitura na família, na escola e na biblioteca. Política de incentivo à leitura no Brasil. Literatura infantil e juvenil: origem, conceito, características, produção editorial brasileira e difusão. Estratégias de leitura. Planejamento de atividades de leitura para crianças e jovens.

Fonte: UFMA (2021).

Após a análise das ementas da universidade UFMA, ficou evidente que o curso possui uma disciplina obrigatória que versa sobre a temática Leitura, com destaque para a concepção e práticas de leitura nos ambientes, além do processo de formação de leitores destinados aos jovens e crianças com o uso de estratégias para a difusão da leitura com a utilização de um planejamento de atividades.

Quadro 10 – Disciplina de leitura na UESPI e sua ementa.**Ética e Biblioteconomia Leitura e Formação de Leitores (obrigatória/60h)**

Ementa: Não localizada.

Fonte: UESPI (2021).

Após a análise da ementa da universidade UESPI, constatou-se que o curso possui uma disciplina obrigatória que versa sobre a temática Leitura, com destaque ao estudo da ética e o fazer biblioteconômico para a formação de leitores.

Quadro 11 – Disciplinas de leitura na UFRN e suas ementas.**Prática de Leitura e Produção de Textos I (obrigatória)**

Ementa: Leitura e produção de textos, com ênfase na textualidade e tipologia. Objetivo: Aperfeiçoar as habilidades de leitura e escrita, mediante um trabalho integrado de análise e produção de textos.

Biblioteca Escolar e Formação do Leitor (optativa)

Ementa: Biblioteca escolar: funções e modalidades de atuação na sociedade brasileira. Políticas públicas de incentivo à leitura e programas de formação de leitores. Letramento informacional. A inserção da biblioteca escolar no projeto político pedagógico da escola. O bibliotecário como mediador cultural.

Fonte: UFRN (2021).

Após a análise da pesquisa acerca das ementas de curso, foi evidenciado que as disciplinas que versam sobre a temática estão distribuídas entre as obrigatórias e optativas. Sendo que as disciplinas obrigatórias, totalizaram 11 (onze), enquanto que nas disciplinas optativas foi constatado 06 (seis), com uma carga horária de 60 horas/aula em sua maioria. Quanto ao conteúdo das disciplinas, observou-se que todas versam sobre leitura com

diferentes enfoques em relação ao campo e forma de atuação. Sobre as Bibliotecas escolares apenas 3 (três) dão enfoque a esta abordagem.

De um modo geral, apesar da abordagem, tanto sobre leitura como sobre as bibliotecas, há de se refletir que, os cursos cuja CH recomendada é de 2.970 horas/aula, respaldadas nas DCN vigente, a CH destinada para ambas não ultrapassa 120 horas e os conteúdos são mínimos. Logo, não se pode afirmar que sejam capazes de preparar o bibliotecário com o domínio do conhecimento específico sobre Biblioteca e principalmente como profissional capaz de sensibilizar a demanda populacional para a leitura. Por outro lado, não se observou hegemonia nas concepções da abordagem nas ementas apresentadas, diversificando mais ainda o conteúdo a ser tratado em cada curso.

5.2 Sujeitos da pesquisa: análise dos questionários

Na perspectiva de cruzar dados informacionais dos acessos aos sites, para além das análises das estruturas curriculares dos cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste, a pesquisa utilizou um questionário (Apêndice A) para coletar dados dos cursos encaminhados por e-mails, localizados nos sites, aos coordenadores e ou/chefe de departamentos das instituições de ensino superior da Região Nordeste.

O processo de análise dos sites institucionais para adquirir os e-mails, o envio do questionário e o retorno dele ocorreu em um período de 06 (seis) meses. E a demora maior foi no retorno dos respondentes, haja vista, a situação que havia se instaurado no país com a Pandemia do Corona Vírus (COVID-19). As atividades realizadas pelos administradores sugeriram uma demanda maior de trabalho agora que estava em sistema totalmente remoto.

Dessa forma, o número de respostas não correspondeu às expectativas considerando que de 10 questionários enviados apenas 02 retornaram. Salienta-se que os questionários foram reenviados seis vezes para os endereços de e-mail coletados das 10 universidades, em alguns casos ocorreu ligações telefônicas.

O questionário foi estruturado com total de 9 questões subjetivas, aqui relatadas sob a ótica dos dois sujeitos respondentes, denominados para efeito de representação da manutenção do anonimato, de coordenadores Alfa e Beta.

A primeira questão do questionário consistiu em saber da existência de disciplinas no curso que abordam a leitura e saber se as mesmas são direcionadas para o aspecto Social. Nestas duas (02) questões, tanto Alfa como Beta responderam que sim, que existem disciplinas que abordam essa temática e são voltadas aos aspectos sociais.

A terceira questão consistiu em saber em quais aspectos sociais a leitura está voltada. Alfa e Beta responderam positivamente para as três opções elencadas no questionário, ou seja, a leitura está voltada para a remição de pena, integração no mercado de trabalho e na contribuição para minimizar o déficit de leitores.

Observado nas falas referentes a estas questões, que ambos os cursos apresentaram diretrizes similares para a leitura como fortalecimento para minimizar as desigualdades sociais e o déficit de leitura.

Nas duas questões seguintes buscou-se saber sobre a presença de algum projeto de extensão e/ou pesquisa na área da leitura, quais os objetivos e o público-alvo. Ambas responderam que sim e informaram os projetos de acordo com as falas de Alfa e Beta:

Resposta de Alfa:

“O curso de Biblioteconomia, por meio da disciplina Leitura e Formação de Leitores promove os eventos Semana de Monteiro Lobato, no mês de abril, em comemoração ao aniversário do escritor José Bento Renato Monteiro Lobato; e o tem Natal com Leitura, no mês de dezembro, na perspectiva de celebrar o Natal com muitas leituras literárias e presentes de livros. Esses eventos são desenvolvidos como ações de extensão universitária, inclusive, o Natal com Leitura em 2019 foi desenvolvido em conjunto com a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) com os/as adolescentes em medidas socioeducativas privativas e restritas de liberdade, sob a coordenação geral da Professora Leoneide Martins, que ministra a disciplina acima citada e participação das professoras Maria Cléa Nunes, Maria da Glória Alencar e Aldinar Bottentuit. O referido evento se constituiu de grande relevância social tanto para os/as adolescentes em medidas socioeducativas que participaram das oficinas de mediação de leitura literária, produção textual, jogos culturais, sorteio de livros, quanto para os/as alunos/as de Biblioteconomia com as vivências de extensão.”

Resposta de Beta:

“Prática Educativa na Biblioteca Escolar: Aplicação das Leis de Ranganathan para dinamizar o uso do acervo, fomento da pesquisa e mediação da leitura. OBJETIVOS GERAL: Dinamizar o uso da biblioteca escolar a partir do uso do acervo e das atividades desenvolvidas na mesma, através da aplicação das Leis de Ranganathan. ESPECÍFICOS: a) Permitir o conhecimento das fontes (primárias, secundárias, terciárias) disponíveis na biblioteca a fim de proporcionar seu uso; b) Oportunizar a vivência com os livros e a leitura, permitindo aos discentes a possibilidade de se constituírem

como leitores; c) Tornar ativa a biblioteca escolar da escola. O projeto foi encerrado em virtude da pandemia do corona vírus.”

Observou-se pelas respostas obtidas que, para a Alfa, que existe um projeto de mediação de leitura destinado como atividade de extensão do curso direcionado aos adolescentes em medidas socioeducativas com restrição de liberdade da FUNAC, enquanto para Beta, o projeto tem como objetivo a dinamização da biblioteca quanto ao seu uso, tendo como suporte o livro e a leitura.

Em se tratando da sexta questão direcionada com questionamento acerca da percepção e relevância da temática sobre leitura em sistemas prisionais para a formação do bibliotecário no que tange o aspecto de caráter social do Curso, obteve-se as respectivas respostas.

“Alfa: Acredito que é de suma importância para formação do bibliotecário, incluir componentes curriculares que tratam sobre leitura e escrita em práticas socioeducativas, pela possibilidade de desenvolver competências sociais no bibliotecário que atendam as pessoas mais vulneráveis”.

“Beta: A leitura de textos e do mundo, critica, proporciona mudanças aos indivíduos. Proporcionar a educação aos presidiários, objetivando a formação de indivíduos éticos, é necessário para uma sociedade comprometida com o social”.

Com relação a percepção da leitura como remição de pena. Alfa respondeu que,

“Além de se constituir como um direito, conforme a Resolução Nº 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça, o acesso à leitura e a escrita, a literatura trará novas perspectivas de vida, de sonhos para aqueles/as que se encontram em privação de liberdade. Se participarem efetivamente de atividades de mediação de leitura com bibliotecários e professores, poderá contribuir para as mudanças necessárias.”

E, Beta:

“Acredito que é uma discussão complexa, que exige mais debates, análise de casos, principalmente no contexto nacional, em que a população tem déficit de leitura.”

Estas falas, encontram respaldos em Moraes *et. al*, (2017), ao destacarem que a leitura representa o caminho para se obter novos conhecimentos, ampliar horizontes e aprimorar o senso crítico, onde o projeto voltado para remição de pena por leitura, além da remição, forma leitores mais cultos, intelectualizados, críticos e capazes de mudar a sua realidade. Ademais, é necessário que haja conscientização dos apenados sobre a importância de traçar um novo

objetivo na prisão, para que se possa retornar à sociedade e encontrar novas oportunidades e que a sociedade como um todo, contribua para o reingresso digno do apenado ao meio social.

Outra preocupação foi em saber se tinham conhecimento de cursos de outras universidades que trabalham essa temática. Alfa deixou de responder e Beta. Respondeu que “*Catia Lindemann, bibliotecária, trabalha com bibliotecas prisionais, no estado do Rio Grande do Sul.*”

Quanto a nona questão, onde foi perguntado sobre o que pensa da contribuição da leitura como remição de pena. Obteve-se as seguintes respostas: Alfa, como coordenadora de curso, professora e bibliotecária é participar de projetos de mediação de leitura, incentivar práticas socioeducativas que possibilitem novas formas de viver no mundo. E a resposta de Beta: a educação é a arma mais poderosa de toda nação. Portanto, trabalhar o processo educativo, através do processo de leitura, é essencial nas sociedades.

A partir das respostas resultantes dos questionamentos norteadores da pesquisa, foi possível ter uma visão sistêmica da representação que permeia a leitura e o fazer biblioteconômico enquanto função social, a partir das seguintes observações: a) que a temática perpassa por disciplinas que envolvam a leitura e a formação de leitor; b) a presença do princípio da dignidade humana constante no juramento da profissão, no momento em que os apenados são percebidos como indivíduos pertencentes à sociedade e c) as falas de Alfa e Beta, corroboram com os conteúdos apresentados oficialmente nas ementas dos programas, entretanto foram mais incisivas no aspectos social da leitura em relação a Biblioteca Prisional do que está apresentado no documento oficial.

6 CONCLUSÃO

O curso de Biblioteconomia tem a incumbência de formar o profissional bibliotecário para atuar nas várias esferas onde há informação, em interação entre a técnica e o social, com práticas que envolvam levar o conhecimento através da informação e do suporte físico ou digital. Assim, a investigação analisou a temática em dois momentos, pela ementa das disciplinas localizadas nos endereços institucionais dos sites dos cursos e pelas respostas dos 2 (dois) questionários recebidos, analisadas as falas, e foi possível concluir que:

Visando identificar se os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação no âmbito da Graduação na Região Nordeste que possuem em sua estrutura curricular e em suas atividades acadêmicas aspectos relacionados a leitura em sistemas prisionais, a investigação possibilitou a identificar a existência de leitura em geral e não voltada para os sistemas prisionais, contudo, foi evidenciado atividades acadêmicas voltadas para a leitura nos sistemas prisionais no contexto dos cursos de graduação de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Região Nordeste.

Apesar da existência da leitura na estrutura curricular, ainda que na forma de atividades, há carência de criar mecanismos estruturados para o desenvolvimento mais eficaz, assim como das atividades específicas no currículo que envolvem a leitura no contexto abordado.

Foi possível mapear as instituições de ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação no âmbito da graduação na Região Nordeste do Brasil, com certa facilidade por meio das bases de dados e foram encontrados 10 cursos. Destaca-se, contudo, que a nomenclatura de “Ciência da Informação”, não se trata de terminologia usual na região.

Apesar da facilidade para localizar a base de dados dos cursos que compuseram esta pesquisa, destaca-se a dificuldade do retorno quanto às respostas dos coordenadores e chefes de departamentos, o que foi de pouco contributo para a conclusão da pesquisa, pois somente dois questionários foram retornados.

Em se tratando da existência de disciplinas nesses cursos a partir dos seus Projetos Políticos Pedagógicos das unidades curriculares que utilizem em sua estrutura os aspectos da biblioteca prisional e leitura como remição de pena, foi feito a partir *do questionário enviado aos coordenadores de cursos. Com base nos dois retornos do questionário* foi verificado a existência de tais atividades apenas na UFAL, com citação de Cátia Lindemnan como mentora de trabalhos de forma direta/indireta na biblioteca prisional.

E, com relação a atividades extensionistas verificou-se em ambas das as falas dos sujeitos participantes a realização de atividades extensionistas na temática em questão. Assim, fica evidente a necessidade de que mais projetos de integração e ambientação da leitura como remição de pena, sejam desenvolvidos nos cursos no sentido de contribuir com essa lacuna da desigualdade social, atendendo a perspectiva do direito legal e do direito humano de ressocialização.

No contexto geral, observou-se que existem várias disciplinas que versam sobre leitura no curso de Biblioteconomia nos mais variados contextos, como a significação da própria leitura, sua importância para a vida e sua prática tanto no âmbito da biblioteca como em outros espaços. Todavia, as disciplinas não versam sobre leitura como remição de pena. Observa-se ainda, que existem poucos trabalhos com essa abordagem e os que abordam deixam perceptíveis uma lacuna em torno da temática.

Diante destes dados, torna-se necessário e urgente o preenchimento desta lacuna para a formação acadêmica com propostas que voltadas à inserção da disciplina nas ementas do curso direcionado ao fazer bibliotecário no âmbito dos presídios, tendo à frente o bibliotecário como mediador das atividades, tornar conhecido a biblioteca prisional, definir seu conceito, além de levar a informação ao encarcerado, constituindo desta a forma o processo de inclusão social.

Ressalta-se a dificuldade em desenvolver a pesquisa neste momento ímpar em que o mundo e o Brasil se encontram no enfrentamento da pandemia da Corona Vírus (COVID-19). Pois, as Instituições de ensino de todo País estavam a desenvolver suas atividades em sistemas remotos ou híbridos. O que gerou uma grande demanda de trabalho para os chefes de departamento e coordenadores de curso, pois, o serviço remoto/a distância, absorvia naquele momento de muitas horas conectados para explicitações das dúvidas.

Desataca-se ainda, a contribuição a ser efetivada com estudos em ambientes institucionais e em bibliotecas prisionais que poderão ser desenvolvidos empiricamente, integrados ao Grupo de Pesquisa Observatório da Práxis Formativa e do Movimento Curriculante em Biblioteconomia no âmbito da Região Nordeste do Brasil - FORMABI do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, pois, possibilitará a verificação da realidade concreta *in loco* no sentido de conhecer e possivelmente intervir de maneira mais significativa com as práticas de leitura social, reflexiva na formação de sujeitos em fase de ressocialização.

REFERÊNCIAS

- ALLIENDE, Felipe. MABEL Condemarím. **A Leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento**. Porto Alegre- RS: Artmed, 2005.
- ALMEIDA, Neília Barros Ferreira; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia Brasileira: formação do profissional. IN: **Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciências da Informação-FEBAB**. 2013. P.3450-3462.
- ARANA, Alba Regina de Azevedo; KLEBIS, A. B. S. O. A importância do incentivo à leitura para o processo de formação do aluno. In: **Congresso Nacional de Educação**. 2015. p. 26670-26686.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- BENEDUZI, A. C. **Bibliotecas especiais: a biblioteca hospitalar como um repositório de saúde e bem-estar ao alcance do paciente**. Porto Alegre, 2004. 71f. Monografia [Bacharelado em Biblioteconomia] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça - CNJ. **Bibliotecas prisionais são incluídas em resolução do CNJ**. 2015. Disponível em: <https://biblioo.info> > bibliotecas-prisionais-sao-incluidas. Acesso em 03.08.2021
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça-CNJ - Serviço – **Saiba como funciona a remição de pena**.2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br> > cnj-servico-como-funciona-a-remicao-de-pena. Acesso em: 24.11.2019.
- BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> > arquivos > pdf > ldb. Acesso em 27.04.2021.
- BRASIL. Ministério da Justiça e segurança Pública - DEPEN. **Nota técnica remição de pena pela leitura**. 2017. Disponível em: <https://rbepdepen.depen.gov.br>. Acesso: 12.04.2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. E-MEC. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. 2017a. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- BOTENTUIT, Aldinar; CASTRO, César. **Movimento fundador da Biblioteconomia no Maranhão**. São Luís: Imprensa Universitária, 2000. 118p.
- CAMPOS, Cirlei Oraci Dias de; SILVA, Emanuel Quartiero da; PINTO, Marli Dias de Souza. A satisfação de usuários da informação jurídica: estudo na biblioteca da OAB/SC. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 3, p. 200-217, 2015.
- CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CÂNDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul. 2011.
- CINQUE, Y. M. da S.; OLIVEIRA, C. G. de; GRÁCIO, M. C. C. ESTUDOS RELACIONADOS A BIBLIOTECA PRISIONAL: análise bibliométrica na base Scopus

(1927-2017). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16902>. Acesso em: 23.08.2021.

DUARTE, Danielle da Silva. **A importância da Biblioteca nas penitenciárias**. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br › jspui › bitstream › prefix>. Acesso em: 05.08.2021.

DUARTE, Yaciara Mendes. **A sociedade da desinformação e os desafios do bibliotecário em busca da Biblioteconomia Social**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8677>. 2018. Acesso em: 23.05.2021.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS- IFLA. 2011. **O que diz o Manifesto IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. Disponível em: <http://biblioteconomiaadigital.com.br>. Acesso em: 27.04.2021

FERREIRA, Maria Mary; RODRIGUES, Cecília de Jesus. **Práticas pedagógicas de professores: análise sobre o Curso de Biblioteconomia e a formação de bibliotecários na UFMA**. 2014.

FIRMINO SOBRINHO, Maurício. **A educação formal básica como forma de prevenção e diminuição da criminalidade**. Monografia, UNIVALI, Itajaí, 2008.

GASPAR, Maria Ivone; SANTOS, Mário; SANTOS, José Rui. CURRÍCULO: Significado e perspectivas em memórias da escola. In Alves, José Matias, coord. - "**Memórias de professores: emoções, identidades profissionais, currículo e avaliação**". Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2013. ISBN 978-989-96186-5-7. p. 117-146.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GONÇALVES, Davidson Sepini. **Leitores escritores, eu vi: uma experiência de leitura e escrita em presídios no sul do estado de Minas Gerais**. Rio Claro- SP, 2019.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: a educação e o trabalho na Política de Execução Penal**. Rio de Janeiro - RJ, 2012.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. PAIVA, Jane. A leitura no espaço carcerário. **Perspectiva**, Florianópolis, v.32, n.1, 111-28, jan/abr, 2014.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

KRUG, Flavia Susana. A importância da leitura na formação do leitor. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 10, n. 22, 2015.

LINDEMANN, Catia Rejane. Bibliotecas Prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-27, 2020.

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

MARANHÃO. Secretaria de Transparência e Controle-STC. **Lei ordinária nº 10.606**, de 30 de junho de 2017. Art. 1º Disponível em: http://www.stc.ma.gov.br/legisla_documento/?id=4791. Acesso em: 11.09.2019.

MARANHÃO. Secretaria de educação e Cultura-SEDUC. **Plano Estadual de Educação nas Prisões**. São Luís, MA, 2015.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa. **Aprova projeto que diminui pena de presos que lerem livros da Bíblia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/maranhao/noticia/2020/08/11>. Acesso em: 20.07.2021.

MARCONI, Maria de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARIA LUZINEIDE P. DA COSTA RIBEIRO. **Uma teia de relações: o livro, a leitura e a prisão. Um estudo sobre a remição de pena pela leitura em Penitenciárias Federais Brasileiras** (Brasília, 2017).

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, n. 3, p. 237-248, 1993.

MIOTTO, Neli. Leitura no cárcere: um caminho para a liberdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 32-52, 2017.

MORAES, Adonias Calebe de. Remição de Pena por Leitura: A Efetivação de Políticas Públicas Educacionais no Sistema Penitenciário Brasileiro. **RELAcult–Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society**. V. 03, ed. especial, dez., 2017, artigo nº 626 | relacult.claec.org | e-ISSN: 2525-7870.

NASCIMENTO, Maria Vanessa; FERREIRA, Aline Rodrigues; MARTINS, Gracy Kelli. A Biblioteconomia no nordeste brasileiro: expansão e consolidação no ensino de graduação e pós-graduação. **Folha de Rosto**, v. 3, n. Especial, p. 5-17, 2017.

OLIVEIRA, Elisande de Lourdes Quintino de; MORAES, Francisca Cândida Candeias de. A Contribuição do Trabalho, da Educação e da Leitura para a Ressocialização da Pessoa em Privação de Liberdade. **Revista Internacional De Debates Da Administração & Públicas-RIDAP**, v. 2, n. 1, p. 106-121, 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie *et al.* Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009.

SANTA ANNA, Jorge *et al.* Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. Disponível em: **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 20, n. 1, p. 67-85, jan./abr., 2015. Lages/SC. Acesso em 10.04.2021.

SANTA ANNA, Jorge; DE OLIVEIRA COSTA, Maria Elizabeth. A redefinição da biblioteca universitária à luz dos paradigmas da biblioteconomia e ciência da informação: um estudo de caso. **Ciência da Informação em Revista**, v. 4, n. 3, p. 40-57, 2017.

SANTOS, Silvio Marcos Dias. **BIBLIOTECONOMIA NAS IFES DO NORDESTE: currículo e formação na perspectiva da inclusão social**. Salvador – BA, 2010.

SILVA NETO, Eptácio Gomes; LEITE, Francisca Chagas Dias. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso a informação e a cidadania. Disponível em: **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 25, n.1, p.47-58, jan./jun. 2011.

SOARES, Fernando de Oliveira *et al.* **A necessidade de regulamentação da remição da pena pela leitura como efetivação do direito à educação**. 2020. Disponível em: <http://191.252.194.60/handle/fdv/861>. Acesso: 10.04.2021.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Educação bibliotecária, pesquisa em educação bibliotecária e novas DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) do curso de biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade**, v. 12, n. 2, 2002.

SOUZA, Jansen Alexandre de. **O planejamento estratégico em bibliotecas universitárias como instrumento de gestão**. São Cristóvão – SE, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE- UFS. **Portal**. Disponível em: <http://cienciainformacao.ufs.br>. Acesso em: 20.08.2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI- UFCA. 2013. **Apresentação e História**. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/apresentacao-e-historia>. Acesso em: 15.08.2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. **Projeto pedagógico**: curso de Biblioteconomia. João Pessoa: Departamento de Biblioteconomia e Documentação, 2007. Disponível em: Acesso em: 12.08.2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS- UFAL. Instituto de Ciências Humanas, Comunicações e Artes. **Projeto pedagógico do curso de Biblioteconomia**. Maceió: Instituto de Ciências Humanas, Comunicações e Artes, 2007. Acesso em: 23. 08.2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNANBUCO- UFP. Centro de Artes e Comunicação Social. **Projeto Pedagógico Curso de Graduação em Biblioteconomia**. Recife: Departamento de Ciência da Informação, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC. Centro de Humanidades. **Projeto pedagógico do curso de Biblioteconomia**. Fortaleza: Departamento de Biblioteconomia e Documentação, 2004. Acesso em: 19. 08. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ- UFC. Pró-Reitoria de Graduação. Unidade Avançada do Cariri. **Projeto pedagógico do curso de Biblioteconomia**. Cariri (FO): Departamento de Biblioteconomia e Documentação 2006. Acesso em: 15. 08. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO- UFMA. Centro de Ciências Sociais. **Projeto Político pedagógico do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão**. São Luís: Coordenação do Curso de Biblioteconomia, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE- UFRN. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. **Projeto político-pedagógico do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal: Departamento de Biblioteconomia, 2007.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. Renovando a leitura da Bíblia na sociedade pós moderna. **Revista Semestral de Teologia e Ciências da religião. Reflexus**. ano II, n.2, 2008. Disponível em: <http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/reflexus/article/view/101/61>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos Coordenadores(as) de Curso e chefes(as) de Departamento dos Curso de Biblioteconomia da Região Nordeste do Brasil.

A LEITURA COMO REMIÇÃO DE PENA E SUA ABORDAGEM NOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.

Caro/a Coordenador/a e Chefe de departamento.

Este questionário integra o processo de construção de uma monografia do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão UFMA – São Luís –Ma, área de Ciências Sociais.

A pesquisa tem como objetivo identificar se os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação no âmbito das Universidades Federais e Estaduais da Região Nordeste do Brasil inserem em seus currículos e /ou práticas pedagógicas a temática sobre leitura e remição de pena.

O questionário está estruturado com questões que buscam conhecer a existência de disciplinas, projetos, grupos de estudos dentre outras propostas que abordem nos referidos cursos os aspectos da biblioteca prisional e a leitura como remição de pena.

O tempo para resposta é de aproximadamente 15 minutos.

Garantimos na divulgação dos resultados do estudo a total integridade e manter o anonimato dos participantes.

Muito obrigada pela sua disponibilidade e colaboração!

Cecilna Miranda de Sousa Teixeira

Orientanda. Curso de Biblioteconomia - Universidade Federal do Maranhão UFMA

Maria Cléa Nunes

Orientadora. Doutora. Prof.^a Depto. Biblioteconomia UFMA

Questionário de Identificação

Dados de identificação

Nome:	Cargo:
Curso:	Local:
Tempo de funcionamento do curso:	

- Existem disciplinas no curso que abordam a leitura? Sim () Não ()
- Caso sim, as leituras são direcionadas para o aspecto social
() sim () não () não sabe informar
- Quais dos aspectos sociais a leitura está voltada:
a) Remição de pena (b) integração no mercado de trabalho (c) contribuir para minimizar o déficit de leitores
- Existe algum projeto de extensão e ou pesquisa na área da leitura?
() sim () não () não sabe informar
- Caso positivo qual (ais) o (s) projeto (os), seu (s) objetivo (s) do projeto e o público alvo?.....
- Como você percebe a relevância da temática sobre leitura em sistemas prisionais para a formação do bibliotecário no que tange o aspecto de caráter social do Curso?
- Como você percebe a leitura como remição de pena:.....
- Você tem conhecimento se cursos de outras universidades trabalham essa temática?
- Que contribuição você pensa que pode dar nesse sentido:.....

Agradeço a atenção.

São Luís – MA, 20 de janeiro de 2021.